



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO
PARANÁ – CAMPUS CURITIBA



ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MUNICIPAL

MÁRCIA APARECIDA DE LIMA MENDES FARIA

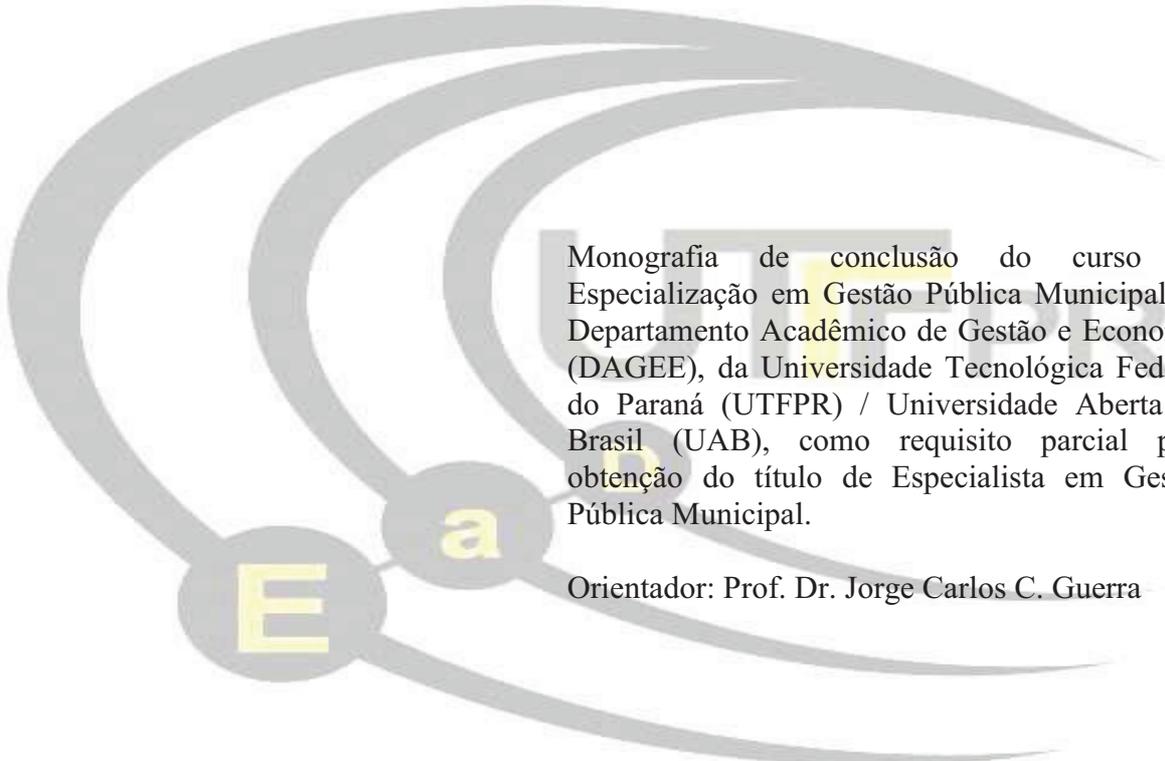
O PRÍNCIPE DE MAQUIAVEL NO PENSAMENTO POLÍTICO E NA GESTÃO
PÚBLICA: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP).

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA
2012

MÁRCIA APARECIDA DE LIMA MENDES FARIA

O PRÍNCIPE DE MAQUIAVEL NO PENSAMENTO POLÍTICO E NA GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP).



Monografia de conclusão do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal do Departamento Acadêmico de Gestão e Economia (DAGEE), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) / Universidade Aberta do Brasil (UAB), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Carlos C. Guerra

CURITIBA
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
2012

Faria, Márcia Mendes

“O Príncipe de Maquiavel no Pensamento Político e na Gestão Pública: Estudo de Caso no Município de São José dos Campos”
Jogo político, gestão pública/ Márcia Mendes Faria. São José dos Campos: UTFPR, 2012.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Carlos C. Guerra

Monografia (Especialização) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós – Graduação em Tecnologia. São José dos Campos, 2012.

Bibliografia:

1. Político. 2. Gestão pública. 3. Maquiavel



Ministério da Educação
Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria do Campus Curitiba
Gerência de Pesquisa e Pós-Graduação
Departamento Acadêmico de Gestão e Economia
Curso de Especialização em Gestão Estratégica da Produção

TERMO DE APROVAÇÃO

O PRÍNCIPE DE MAQUIAVEL NO PENSAMENTO POLÍTICO E NA GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP).

Por

MÁRCIA APARECIDA DE LIMA MENDES FARIA

Esta monografia foi apresentada às 15h, do dia 02/04 de 2012, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal – Departamento Acadêmico de Gestão e Economia – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O candidato apresentou o trabalho para a Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após a deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho _____.
(aprovado, aprovado com restrições, reprovado)

Prof.^a Dr.^a Isaura Alberton de Lima

Prof.^a MSc. Ana Cristina Macedo Magalhães

Prof. Dr. Jorge C. C. Guerra – Orientador
(UTFPR)

Visto da Coordenação:

Prof.Dr. Antonio Gonçalves de Oliveira
Coordenador do Curso de Especialização em
Gestão Pública Municipal

Em memória, ao meu pai Miguel Martins de Lima, que deixou um legado de honestidade, de caráter e virtude a ser seguido por muitas gerações.

A minha mãe, sempre presente com seu amor e ternura.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade que me concedeu ao entrar no curso de Especialização em Gestão Pública Municipal.

Ao meu marido e filhos, pelo amor a mim dedicado todos esses anos e principalmente pela paciência durante esta pesquisa.

Ao meu orientador, Prof.Dr. Jorge Carlos C. Guerra pela dedicação e contribuições referentes a esta Monografia.

As minhas amigas de curso Jussara, Néia e Denise que sempre me deram forças para continuar.

A Tatiane, minha sobrinha e amiga do coração, que deixou seus afazeres para me dar apoio quando mais precisei.

“Disse o Senhor: Farei desaparecer da face da terra o homem que criei o homem e o animal, os répteis e as aves dos céus: porque me arrependo de havê-los feito.” (Gênesis 6-7).

“Aprendemos a voar como pássaros, a nadar como peixes, mas não aprendemos a conviver como irmãos.” (Martin Luther King).

RESUMO

FARIA, MENDES, MÁRCIA. O Príncipe de Maquiavel no pensamento político e na gestão pública. 2012, 52 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública) – Educação à Distância - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

Este estudo aborda a obra de Nicolau Maquiavel "O Príncipe" nos conceitos de "jogo político" ou certas práticas antiéticas do mundo político e suas adjacências. O foco principal é a análise do conteúdo da obra e a atualidade de seus ensinamentos envolvidos nas questões políticas. Discutem-se as interações entre "jogo político" e gestão pública atrelando as apreciações fundamentais de Maquiavel e aos acontecimentos atuais vigentes no município de São José dos Campos/SP. As informações que fundamentaram tal estudo foram coletadas na imprensa de SJC. É passível de observação que tanto a obra supracitada como as informações coletadas mostram a dinâmica perpétua e repetitiva do ciclo político e as devidas consequências para a sociedade, seja na forma direta de sua atuação ou na consequência indireta de seus resultados.

Palavras -chave: Jogo político. Gestão pública. Maquiavel.

ABSTRACT

FARIA, MENDES, MÁRCIA. Curitiba, 2011. The Prince of Machiavelli's political thought and public management: game of politics, governance. In 2012.52f. Monograph (Specialization in Public Management) - Distance Education Federal Technological University of Paraná. Curitiba, 2012.

This research is about the work of Niccolo Machiavelli's "The Prince" primarily "political game" or certain unethical practices of politicians. The main focus will be to analyze the content of the work and relevance of his teachings involved in political issues in Brazil. This paper discusses the interactions between "political game", governance and popular participation. It also deals with some critical assessments of Machiavelli's thought linked to the world of politics. Based on a literature search, in the press in Sao Jose dos Campos (SP) and interviews, the study seeks explanations. For some practical policies and actions in São José dos Campos (SP) and seeks to answer the question: is the book "The Prince" current in relation to political practices in Sao Jose dos Campos?

Keywords: Political game. Public management. Machiavelli's.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Delimitação do tema	12
1.2 Justificativa	12
1.3 Problema e Premissas	13
1.4 Objetivo	13
1.4.2 Objetivos geraisl	13
1.4.1 Objetivos específicos	13
1.5 Procedimento Metodológico	14
1.6 Estrutura	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 O Príncipe e o comportamento humano	15
2.2 Maquiavel e a Corrupção.....	20
2.3 Maquiavel e as “Perversões” Políticas	23
3 O JOGO POLÍTICO E SUAS INFLUÊNCIAS	27
3.1 Um pouco da história do Município de São José dos Campos	27
3.2 Indicadores do Município de São José dos Campos	31
3.3 O Jogo Político em São José dos Campos	34
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
5 REFERÊNCIAS	41
ANEXOS	45

1. INTRODUÇÃO.

A autora cursou Direito e, no primeiro ano do curso leu a obra “O Príncipe” de Nicolau Maquiavel, mas, na época, com pouca experiência e maturidade, não acreditou que os homens fossem capazes de atos citados na referida obra para conseguir a manutenção do poder. O interesse da estudante era fazer da utilização do direito um instrumento eficaz para a realização da justiça.

Nos tempos atuais, com maturidade adquirida através do tempo, sabe que Maquiavel sempre esteve certo... “a natureza humana é imperfeita, os homens são ingratos, volúveis, simuladores, covardes ante ao perigo, ávido ao lucro” (Maquiavel, Nicola).

Esses atributos negativos compõem a natureza humana que estão presente em todas as sociedades. Por outro lado esses sentimentos transformam a história numa privilegiada fonte de ensinamentos.

Com isso, o estudo do passado não é um exercício de mera erudição, nem a história um sucessor de eventos em conformidade com os desígnios divididos até que se deve extrair do juízo final, mas sim um desfile de fatos dos quais se devem corrigir as causas e os meios utilizados para enfrentar o caos resultante da expressão da natureza.

Segundo Sadek (1989) a história é cíclica, repete-se indefinidamente, já que não há meios absolutos para domesticar a natureza humana. Como, no entanto é impossível extinguir as paixões e os instintos humanos, assim, perversidade das paixões humanas sempre volta a se manifestar, mesmo que tenha permanecido oculta por algum tempo. O ciclo se repete e devemos aprender com ele para não repetir os mesmos erros do passado.

“O Príncipe” é um livro que discorre sobre o poder, apresenta vinte e seis capítulos que desafiam as crenças políticas do seu dia e explica aos príncipes e aspirantes a príncipes como o jogo realmente é jogado. Maquiavel não conseguia esconder a verdade, sempre em busca de respostas para entender cada ato, cada passo que os poderosos de sua época percorreram e porque fizeram suas ações.

A obra consiste de um manual prático dado ao Príncipe Lorenzo de Médici como um presente, o qual envolve experiência e reflexões do autor. Maquiavel analisa a sociedade de maneira fria e calculista e não mede esforços quando trata de como obter e manter o poder.

Entender a política como ela é realmente, difícil para muitos, mas para ele que viveu entre o poder e o desprezo dos poderosos, nada mais fácil do que escrever sobre o assunto incessantemente e deixou um legado para a Ciência Política contemporânea.

Durante a juventude de Maquiavel, Florença era governada pelo famoso Lorenzo Medici, o Magnífico. Em 1492, Medici morreu e sua família foi expulsa de Florença, que se tornou uma república em 1498. Aos 29 anos de idade, Maquiavel conquistou um alto cargo na administração civil da república.

Ao longo dos quatorze anos seguintes, ele participou de diversas missões diplomáticas, tendo viajado pela França, Alemanha e pelo interior da Itália.

Maquiavel foi demitido em sete de Novembro, devido a sua ligação ao governo republicano, retirando-se da vida pública. Tendo-se tornado suspeito, em 1513, de envolvimento numa conspiração contra o novo governo, foi preso e torturado. Ele foi torturado, mas ainda assim insistiu ser inocente.

Foi libertado naquele mesmo ano, e a partir de então, se isolou, vivendo em uma pequena propriedade em San Casciano próximo a Florença. Sem perspectivas de conseguir uma nomeação para o novo governo, Maquiavel se dedicou a escrever livros.

Durante os 14 anos seguintes, Maquiavel escreveu diversos livros. Sua obra mais famosa foi “O Príncipe” (1513). Também escreveu “A Arte da Guerra” e “História de Florença”. Mas seu mais brilhante e conhecido trabalho é, sem dúvida, “O Príncipe”. Esse é o livro que a autora escolheu como base de sua pesquisa para enveredar nos caminhos do jogo político do município de São José dos Campos/SP.

1.1 Delimitação do Tema.

O presente estudo analisa a aplicabilidade da Obra “O príncipe” de Maquiavel na atual conjuntura social e seus relacionamentos políticos. Aborda que, embora escrita a mais de 500 anos, há uma atualidade em sua literatura sob os fatos que cercam a rotina política brasileira e suas consequências.

1.2 Justificativa.

As práticas políticas não evoluíram em essência, não há nada de excepcional com relação à chamada falta de caráter na política, ela, simplesmente, existiu e existem com suas características, disforme e feroz contra a Ética, pois, as necessidades de manutenção do jogo político são tratadas da mesma forma.

Maquiavel, não criou nenhuma forma de política nova, tão só descreveu e interpretou minuciosamente o que havia então. Antes dele também a política tinha uma essência tormentosa e cruel, uma frase atribuída ao Imperador Nero: “Ao povo pão e circo”. Basta distrair a turba e usufruir desmedidamente do poder e das riquezas dele, ou indiretamente oriundas.

O mesmo vem ocorrendo na atual política e nas consequências sentidas pela sociedade que demonstram sua ira através de protestos e manifestações. Eis a necessidade de estudar a situação vigente, sua repetição cultural e manutenções comportamentais.

1.3 Problema e Premissas.

O livro “O príncipe” de Maquiavel é aplicável às práticas políticas em São José dos Campos (SP)?

1.4 Objetivos.

1.4.1 Objetivo geral.

Realizar um estudo comparativo das ideias de Maquiavel adaptadas ao jogo político no município de São José dos Campos.

1.4.2 Objetivos específicos.

- Conceituar o “jogo político”;
- Evidenciar pontos da obra “O príncipe” que evidenciem o “jogo político”;
- Levantar artigos sobre “O príncipe” referentes a práticas políticas;
- Apresentar a influência do jogo político na gestão pública municipal.

1.5 Procedimento Metodológico.

A metodologia para desenvolver a presente pesquisa é qualitativa. Como instrumentos serão utilizados levantamento bibliográfico, de referências em banco de dados em site, jornais da região e estudo de caso.

A Assessora de Imprensa da Câmara Municipal recebeu a autora desta pesquisa para que um corte temporal fosse feito em jornais da região. Assim, foi necessário buscar no arquivo morto de recortes de jornais com informações dos últimos cinco anos, visto que o JORNAL VALEPARAIBANO foi extinto em 2010 e não digitalizado.

A dificuldade em obter informações em conversas com funcionários concursados, comissionados, presidente de partidos, professores da rede municipal, assessores de partidos que são ligados ao jogo político deve-se ao fato da presença do sentimento do medo de represálias por parte daqueles que detêm o poder. Mas elas foram realizadas, para obter opinião sobre o assunto descrito na presente pesquisa.

1.6 Estruturas.

Este estudo compõe-se de cinco etapas, sendo:

- Capítulo 1 – Capítulo Introdutório;
- Capítulo 2 – Fundamentação teórica;
- Capítulo 3 – Estudo comparativo das ideias de Maquiavel em SJC;
- Capítulo 4 – Considerações Finais;
- Referências.

O Capítulo 1, introdutório deste trabalho, apresenta uma breve contextualização do tema da pesquisa. Segue-se a delimitação do tema proposto, a descrição da justificativa apresentando a motivação específica à formulação do problema de pesquisa, o levantamento dos objetivos geral e específico e, por fim, a descrição da metodologia de pesquisa.

O Capítulo 2 inicia a fundamentação teórica do trabalho com a busca de informações inerentes ao tema proposto. Ele introduz a definição do termo “jogo político” e apresenta alguns conceitos fundamentais para a compreensão das ideias de Maquiavel adaptadas ao nosso tempo.

O Capítulo 3 aborda a obra “O Príncipe” empregando os conceitos apresentados no Capítulo 2. Neste capítulo são descritas várias passagens da obra de Maquiavel que, lidas isoladamente com explicações, tornam claras as analogias propostas no jogo político atual em São José dos Campos.

O Capítulo 4 apresenta as considerações finais, bem como propostas para eventuais trabalhos futuros. A última etapa corresponde ao referencial bibliográfico, listando as referências nas qual esta pesquisa pôde ser baseada e os anexos que fazem parte deste estudo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.

2.1 O Príncipe e o comportamento humano.

Conforme Silva e Sousa (2009), a competitividade da economia traz, contudo, a dinâmica da modernidade. Ela afeta não apenas as relações econômicas, mas transcende para as relações sociais, ao introduzir o individualismo na sua dinâmica, e contamina as relações políticas, através dos partidos políticos como uma organização com legitimidade para buscar exercer o poder político.

Esses partidos têm sua razão de existir na representação política dessa diversidade de opinião da sociedade, a fim de que se expresse civilizadamente. O fortalecimento dos partidos políticos aparece nessa nova correlação de forças, como uma necessidade: é um divisor de águas, uma marca da passagem do tradicional para o moderno. A racionalidade própria da modernidade contamina a administração do Estado que almeja tornar-se impessoal, republicana e liberal.

Segundo Garcia, (2003. p.02) a democracia, na medida em que permite a ascensão do povo ao poder e a constante renovação dos dirigentes máximos de qualquer organização estatal, possibilita um contínuo debate a respeito do comportamento daqueles que exercem ou pretendem exercer a representatividade popular, bem como de todos os demais fatos de interesse coletivo.

Entendeu Scheffler Sardi (2007), que para Maquiavel, Política é atividade humana autônoma e distinta de Religião, Moral, Filosofia. Tem, pois uma ética própria é um jogo de forças onde todos os meios de luta são legítimos, louváveis. O fundamental é defender o Estado, único abrigo dos homens contra a barbárie, na defesa dos seus bens materiais e espirituais. Além de tornar-se ciência social, portanto distinta de Religião, de Moral, de

Filosofia e de Ética, Política passa a ser considerada a arte de governar os homens, de buscar o consentimento, de fundar grandes Estados.

Vendo a Política e sua natureza com base em exemplos próximos de si e de sua época, com uma crueza primária, Maquiavel envolve coligações, traições, intrigas, vaidades. Isso porque, como diplomata, pôde observar, com rigorosa intimidade, como se exercia o poder nas cortes europeias, sobretudo da França e Espanha.

Em o “Discurso Sobre a Preparação Militar Florentina” (1506), afirma que o Estado e os governantes dependem sempre da justiça e das armas. Portanto a justiça assegura a existência e instituições estáveis, a convivência e as virtudes cívicas. As armas garantem a execução da vontade do Príncipe. Ao propor a criação da Milícia Nacional de Florença, afirmava que os soldados deviam ter sólida formação religiosa para se tornarem mais obedientes. Nos próximos parágrafos explicasse os conceitos que Maquiavel defende:

- Realismo político: qualquer atitude do príncipe é válida se for para manter e defender o Estado;
- Racionalidade política: todos os meios são justificáveis para se atingir o fim político - manutenção do poder;
- Ideologia ou manipulação do povo: a moral dos governantes é distinta da moral dos governados. (Para melhor compreender o que isso significa, pode-se traçar um paralelo exemplificando com uma ética de vendedor ou comerciante, que jamais falam mal do produto que vendem) Daí afirmar-se que a Política é considerada como possuidora de uma ética própria.
- Segurança política: é concebida como um exército moderno que protege contra inimigos internos (conspiradores) e externos (outros principados).

Maquiavel elaborou uma teoria política combinando a experiência pessoal concreta de lidar com a *res publica* e um espírito de aguda observação do processo político, especialmente quanto ao modo como as decisões eram tomadas.

É o que diz o Capítulo XV:

(...) é meu intento escrever coisa útil para os que se interessarem, pareceu-me mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas. Do que pelo que delas se possa imaginar. E muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca se viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. Vai tanta diferença entre o como se vive e o modo por que se deveria viver, que quem se preocupar com o que se deveria fazer em vez do que se faz,

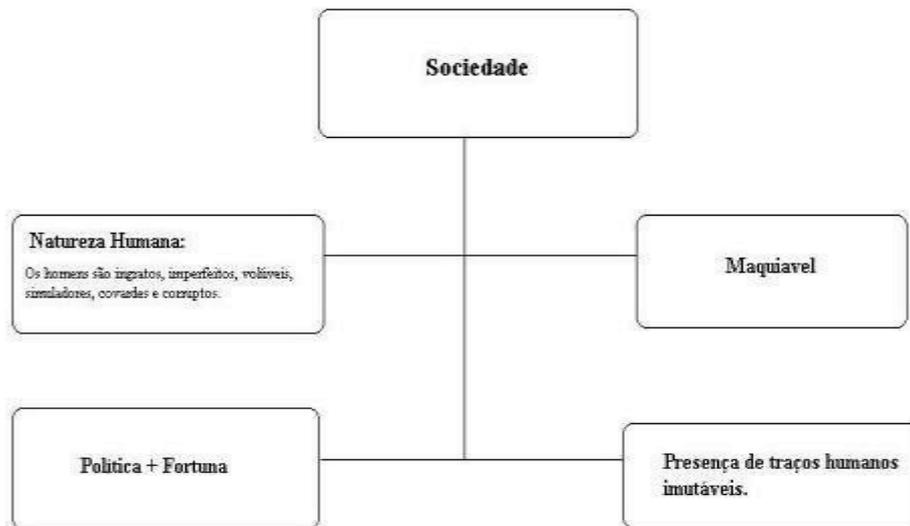
aprende antes a ruína própria, do que o modo de se preservar; e um homem que quisesse fazer profissão de bondade, é natural que se arruine entre tantos que são maus. (MAQUIAVEL, 2010, p.97).

Concepção de Política Segundo Maquiavel:

- Política: pela primeira vez é mostrada como esfera autônoma da vida social;
- Não é pensada a partir da ética nem da religião: rompe com os antigos e com os cristãos;
- Não é pensada no contexto da filosofia: passa a ser campo de estudo independente;
- Vida política: têm regras e dinâmica independentes de considerações privadas, morais, filosóficas ou religiosas;
- Política: é a esfera do poder por excelência;
- Política: é a atividade constitutiva da existência coletiva: tem prioridade sobre todas as demais esferas. Política é a forma de conciliar a natureza humana com a marcha inevitável da história: envolve fortuna e virtude;
- Fortuna: contingência própria das coisas políticas: não é manifestação de Deus ou Providência Divina. Há no mundo, a todo o momento, igual massa de bem e de mal: do seu jogo resultam os eventos (e a sorte);
- Virtude: qualidades como a força de caráter, a coragem militar, a habilidade no cálculo, a astúcia, a inflexibilidade no trato dos adversários. Pode desafiar e mudar a fortuna: papel do homem na história.

Segundo Rodrigues Alves, (2009), ponto de partida da política é a divisão social entre os grandes e o povo: “Enquanto o povo não quer ser oprimido pelos grandes, os grandes desejam oprimir o povo”. Entende Maquiavel que a energia criadora de uma sociedade é derivada deste sistema de oposição, portanto os conflitos sociais são necessários para consolidação do Estado.

Cabe ao príncipe com *virtú* tirar as melhores possibilidades desta oposição “.... Não é possível satisfazer aos poderosos com honestidade e sem prejudicar os outros, mas ao povo, sim: porque as metas do povo são mais honesta que as do poderosos, pois estes querem oprimir, e aquele, não ser oprimido”.(MAQUIAVEL, 2010, p.78).



Fonte: Elaborada pela autora, baseada na obra de Maquiavel, 2010.

Ressalta-se nesse quadro, a importância da natureza humana na sociedade e na história.

Segundo Bentham e Stuart Mill, em todo ser humano, exceto em situações raras e curtas, resultado de algum estímulo extraordinariamente forte, o interesse próprio predomina sobre o interesse social: cada pessoa persegue o seu próprio interesse sobre os interesses de todas as pessoas reunidas.

Nesse fragmento de texto se encontra a base do pensamento de Jeremy Bentham e de John Stuart Mill, especialmente quanto ao problema da representação política. Apesar de reconhecer dupla dimensão nos interesses - uma egoísta (imediate) e a outra pública (distante) - os dois autores se ocupam fundamentalmente da primeira, ou seja, busca das satisfações mais prementes.

Assim, dificilmente se pode esperar que o indivíduo fosse movido por objetivos que se afastam da consecução do seu bem-estar imediato. Aparentemente, a sociedade corre um risco sério na unidade existencial, pois a tendência à fragmentação é bem acentuada.

Porém esses autores buscam soluções institucionais para o problema, mediante a montagem de um sistema representativo proporcional, cuja necessidade se justifica na expectativa de que o chamado lado bom dos interesses individuais - voltado para o bem-estar social - possa ser trabalhado institucionalmente.

Entretanto, tomando-se o mecanismo das leis como ilustração, se ele recompensar as ações consideradas benéficas para o bem-estar social, ao mesmo tempo em que punir as consideradas prejudiciais, estimula um comportamento individual mais responsável em relação ao bem público.

Quanto à questão de quem determina o sentido de bem comum, Bentham, por exemplo, acredita que é possível um legislador, devidamente orientado pelo altruísmo, montar um aparato institucional voltado para a aplicação pública do conceito, e não para um sentido particular. Dessa forma, uma congruência de interesses entre governo e a comunidade pode ser alcançada, com destaque para o papel fundamental de um conceito de representação elaborado e aplicado:

É importante que cada governado tenha voz no governo, porque dificilmente se pode esperar que aqueles que não têm voz não serão injustamente ignorados por aqueles que tenham.

Percebe-se forte contraposição ao pensamento de Burke nessa passagem de John Stuart Mill, pois considera que os indivíduos, com suas opiniões, é que deve ser representados, demandando a constituição do parlamento um cálculo do número destes. Esse cálculo tem que ser preciso, para impedir predomínio de uma fração da sociedade sobre as demais.

O sistema representativo deve constituir-se de forma tal que mantenha essa situação: não deve permitir a qualquer dos diversos interesses parciais tornarem-se tão poderoso que chegue a prevalecer contra a verdade e a justiça e contra os outros interesses parciais combinados.

Assim, a proporcionalidade parlamentar visa a permitir o embate de opiniões presentes na sociedade, evitando-se o que mais atemoriza Stuart Mill, a possibilidade de cristalização de alguma opinião, por falta de um fórum de debates. O parlamento deve, pois, se caracterizar exatamente no exercício dessa função, na deliberação racional das opiniões representativas da sociedade, o que, pelo menos nesse aspecto, aproxima o pensamento de Stuart Mill com o de Burke.

Portanto a importância da proporcionalidade está no fato de que as minorias, ignoradas em critérios majoritários, podem ser representadas no parlamento. Afinal, como negar o peso de trinta por cento do eleitorado na discussão de projetos decisivos para o destino de uma sociedade?

Reside na efetivação de um espaço amplo de deliberação política a importância do princípio proporcional, que representa mudança teórica decisiva para a defesa da democracia representativa, deslocando o eixo do debate para a melhor forma de garantir participação efetiva do corpo dos cidadãos nas discussões públicas.

O critério mais relevante na discussão do conceito de representação segue na direção de um conjunto de leis e regras que garantem aos representados maior possibilidade de acesso à instituição onde o exercício da representação ocorre no parlamento.

Posto assim, o conceito de política compreende o modo de relacionamento entre os indivíduos centrado na disputa por posições diversas, até de prestígio (valores) ou de riqueza material (desigual e parcamente distribuída), em uma ordem social.

Ordem social consiste em um sistema de relações individuais orientado segundo normas ou regras de conduta, que visam a assegurar a convivência pacífica e, portanto, minimamente violenta. A importância fundamental dessa conceituação reside na recuperação de um sentido mais genérico para a investigação dos fenômenos políticos: qualquer ordem social envolta em uma dinâmica de disputas pelos recursos econômicos ou por posições de prestígio tende a desenvolver lutas políticas.

Além disso, a política supera a tradicional identificação de fenômeno específico da curta duração, ligado à ideia de eventos.

Maquiavel, “digo que se ascender de tal principado ou com o apoio popular, ou com o dos poderosos. Porque em toda a cidade se encontram essas duas tendências opostas: de uma parte, o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos poderosos; desses dois desejos querem comandar e oprimir o povo; desses dois desejos antagônicos advém nas cidades das consequências: principados, liberdade ou desordem” (MAQUIAVEL, 2010, 77).

2.2 Maquiavel e a Corrupção.

Entende-se que a corrupção, em verdade, sempre existiu. Em regimes autoritários, no entanto, poucos se atreviam a retirar o véu que a encobria, mostrando-lhe a face. Os motivos, aliás, são de todos conhecidos. Assim, é preciso não confundir inexistência de corrupção com desconhecimento da corrupção.

A corrupção é a via mais rápida de acesso ao poder. No entanto, traz consigo o deletério efeito de promover a instabilidade política, já que as instituições não mais estarão alicerçadas em concepções ideológicas, mas, sim, nas cifras que as custearam. Nessa linha, é inevitável a constatação de que a imoralidade detectada no financiamento da campanha permite projetar, a disseminação do arbítrio e da corrupção.

Ela está associada à fragilidade dos padrões éticos de determinada sociedade, os quais se refletem sobre a ética do agente público. Sendo este, normalmente, um mero "exemplar" do meio em que vive e se desenvolve, um contexto social em que a obtenção de

vantagens indevidas é vista como prática comum pelos cidadãos, em geral, certamente fará com que idêntica concepção seja mantida pelo agente nas relações que venha a estabelecer com o Poder Público.

Um povo que preza a honestidade terá governantes honestos. Um povo que, em seu cotidiano, tolera a desonestidade e, não raras vezes a enaltece, por certo terá governantes com pensamento similar. (GARCIA. 2003.04)

Como expressou Maquiavel tão bem, na Primeira Década de Tito Lívio, "Como os bons costumes, para manter-se exigem leis, assim também as leis, para serem obedecidas, exigem bons costumes." (*Niccoló Machiavelli, Discorsi Sopra La Prima Deca de Tito Livio, in Opere Milano: Ricardo Ricciardi, 1963, p. 140*). No Brasil, temos leis sem bons costumes, facilitando a corrupção entre os homens e os poderosos.

Ainda que novos sejam os mecanismos e as práticas corruptas, os desvios comportamentais de hoje em muito refletem situações passadas, das quais constituem mera continuação. O sistema brasileiro, como não poderia deixar de ser, não foge à regra.

Os intoleráveis índices de corrupção hoje verificados em todas as searas do poder são meros desdobramentos de práticas que remontam a séculos, principiando-se pela colonização e estendendo-se pelos longos períodos ditatoriais com os quais convivemos.

A democracia, longe de ser delineada pela norma, é o reflexo de lenta evolução cultural, exigindo uma contínua maturação da consciência popular. O Brasil, no entanto, nos cinco séculos que se seguiram ao seu descobrimento pelo "velho mundo", por poucas décadas conviveu com práticas democráticas. Podemos notar uma leve igualdade entre a época de Maquiavel com a nossa como podemos ver em seu texto abaixo citado:

“Outro remédio eficiente é organizar colônias, em alguns lugares, as quais virão a ser como grilhões impostos à província, porque isto é necessário que se faça ou deve-se lá ter muita força de armas. Não é muito que se gasta com as colônias, e sem despesa excessiva podem ser organizadas e mantidas. (“Maquiavel, Nicolau, O Príncipe- pagina 51, Capítulo III - edição 2010”.)

“Os únicos que terão prejuízos com elas serão de quem se tomam os campos e as moradias para se darem aos novos habitantes. Entretanto, os prejudicados serão a minoria da população do Estado, e dispersos e reduzidos à penúria, nenhum dano trarão ao príncipe, e os que não foram prejudicados terão por isso que se aquietarem, temerosos de que o mesmo lhes suceda”. (“Maquiavel, Nicolau, O Príncipe- pagina 51, Capítulo III - edição 2010”.)

Como desdobramento dessas breves reflexões, é possível afirmar, que a ordem natural das coisas está a indicar que ainda temos um longo e tortuoso caminho a percorrer. O combate à corrupção não haverá de ser fruto de mera produção normativa, mas, sim, o resultado da aquisição de uma

consciência democrática e de uma lenta e paulatina participação popular, o que permitirá uma contínua fiscalização das instituições públicas, reduzirá a conivência e, pouco a pouco, depurará as ideias daqueles que pretendem ascender ao poder.

Com isto, a corrupção poderá ser atenuada, pois eliminada nunca o será. Essa observação se faz necessária na medida em que a maior participação popular, inclusive com um sensível aumento do acesso aos meios de comunicação, pode conduzir à equívoca conclusão de que, não obstante os ventos democráticos que atualmente arejam o país, a corrupção tem aumentado.

Ainda para (GARCIA 2003 p.04), "é importante ressaltar que o próprio regime democrático possui vertentes que propiciam, ou mesmo estimulam a prática de atos de corrupção". Em que pese à pureza de seus ideais, a democracia, muitas vezes, tende a ser deturpada por agentes que pretendem se perpetuar no poder.

Um dos instrumentos comumente utilizados para esse fim é o ilegítimo repasse de recursos financeiros aos partidos políticos ou àqueles que prestigiem a postura ideológica sustentada por tais agentes, o que pode dar-se de múltiplas formas: repasse de verbas às vésperas da eleição, realização de obras com a nítida intenção de promoção política partidária e admissão de correligionários do partido em cargos em comissão, com a ilegítima permissão de que busquem sua promoção pessoal no exercício da função etc. (GARCIA, 2003, p.04).

Há exemplo, do que se verifica em qualquer vertente da atividade estatal, também a separação de poderes deve estar direcionada à consecução do interesse público. Assim, merecem total reprovação as normas editadas pelo Poder Legislativo com o fim, único e exclusivo, de desautorizar decisões judiciais e beneficiar agentes que integram a classe dominante. No Brasil, país de democracia incipiente e opinião pública embrionária, os desvios da função legislativa ainda são frequentes.

Isso acontece em todos os setores, tanto do executivo como do legislativo, legisladores da alçada municipal, estadual e federal que tem a finalidade de fiscalizarem o executivo (Presidente, Governadores, prefeitos e secretariados) se fazem de cegos para conseguirem suas verbas para obras públicas em suas bases eleitorais, sem contar os cargos comissionados no poder executivo para cabos eleitorais, que por necessidade da própria sobrevivência aceitam serem oprimidos pelos que detêm o poder, criando uma sociedade de opressores e oprimidos. Com essa troca o executivo consegue obter aprovações de seus projetos com a famosa base aliada. (ANEXO A). – Doador de Campanha toca obra de Cury. JORNAL O VALEPARAIBANO, 13fev2009. Primeiro Caderno. p.08.

Como os atos de corrupção normalmente não ensejam o surgimento de direitos amparados pelo sistema jurídico, já que escusos, a solução dos conflitos de interesses verificados nessa seara normalmente redundam na prática de infrações penais, o que estimula o aumento da própria criminalidade.

A corrupção, assim, gera um elevado custo social, sendo os seus malefícios sensivelmente superiores aos possíveis benefícios individuais que venha a gerar. A participação social com novos meios de comunicação pode mudar esse quadro, o acesso a internet em redes sociais tem favorecido a

participação social. Entramos na era da política digital, mais culturalmente ainda estamos no tempo do clientelismo, ainda temos muito que percorrer para conscientização política sem que a manipulação dos gestores públicos desse país, interfiram nesse processo.

2.3. Maquiavel e as “Perversões” Políticas.

No capítulo XXV, Maquiavel sustenta que a liberdade humana, o livre-arbítrio, é capaz de amenizar o poder incontestável da fortuna e, muitas vezes, até conquistá-lo:

“Julgo poder ser verdade que a sorte (fortuna) seja o árbitro da metade das nossas ações, mas que ainda nos deixe governar a outra metade, ou quase. Comparo-a a um desses rios torrenciais que, quando se encolerizam, alagam as planícies, destroem as árvores e os edifícios, carregam terra de um lugar para outro; todos fogem diante dele, tudo cede ao seu ímpeto, sem poder opor-se em qualquer parte.

E, se bem assim ocorra, isso não impedia que os homens, quando a época era de calma, tomassem providências com anteparos e diques, de modo que, crescendo depois, ou as águas corresse por um canal, ou o seu ímpeto não fosse tão desenfreado nem tão danoso.” (MAQUIAVEL, 2010,p.131).

Surgem, então, segundo Branch e Biondi (2009) “dois conceitos mencionados na obra que são de fundamental importância para o entendimento do pensamento de Maquiavel, fortuna e *virtú*. Partindo desses dois conceitos, pode-se dizer que Maquiavel vê a política como forma de conciliar a natureza humana com a marca da história, daí o primeiro decorrente de contingências das próprias coisas políticas, não uma manifestação de Deus ou da Providência Divina.

Como tal, ela pode ser se não dominada, prevenida, no sentido de o príncipe não ser pego de surpresa quando venha a ocorrer.

Já em relação à *virtú*, Maquiavel a vê como necessária ao bom exercício do poder e a pressupõe, formada por força de caráter, coragem militar, habilidade no cálculo, astúcia e inflexibilidade no trato com os adversários. Usando estes e outros atributos, o príncipe pode desafiar e mudar a fortuna (boa sorte).

Talvez a maior responsável pela associação de Maquiavel a ardiloso, inescrupuloso e traiçoeiro por aqueles que não conhecem ou não entendem sua obra, seja a visão que manifesta acerca de como um príncipe deva se comportar. Daí lhe impingirem máximas, tais como: “os fins justificam os meios”, que nem sequer fazem parte de sua obra.

Percebe-se que, para o florentino, o príncipe não é um ditador, mas, sim, um fundador do Estado, um agente forte e lutador que age de maneira a organizar uma nação que se encontre ameaçada, pois “se você é um príncipe e governa um Estado, seu principal objetivo é permanecer no poder e dirigir o Estado em seu melhor proveito” (STRATHERN, 2000).

Defende Maquiavel que a política tem uma ética e uma lógica próprias e, mal interpretadas, são seguidas, na atualidade, por muitos políticos aspirantes a ditadores que encontram em sua teoria um falso embasamento para a corrupção e mau-caratismo. Demonstra que a moralidade e a política são coisas separadas e que, por isso, não há um juízo universal, mas cada ação deve ser julgada dentro do seu contexto e sob a ótica da ação tomada e do objetivo em que foi tomada. Acaba por instituir um novo saber, a política, definindo seu campo de estudo e princípios que a instituíram.

A partir dele, o Estado tornou-se estritamente laico e civil, subordinando sob o seu poder o próprio poder religioso.

O Príncipe, de Maquiavel, obra clássica da literatura mundial, não pode ser desprezado mesmo porque se adéqua a qualquer época da história humana. Os conselhos que deu ao príncipe, que não era uma pessoa, mas uma abstração ainda está servindo a governantes, em outro contexto, é certo, mas servindo, o que demonstra a atualidade do pensamento de Maquiavel, sem deixar de considerar o seu avanço histórico.

Conduz-nos a uma visão realista de como o ser humano pode, deve e, de fato, manipula o poder. De forma singular, Maquiavel insistiu em falar da realidade do comportamento real das pessoas, não de como deveriam se comportar (STRATHERN, 2000).

Todavia, não é suficiente apenas citar Maquiavel e aparentar erudição. É importante compreendê-lo e deleitar-se com as fímbrias de seu estilo e sua lógica impecáveis, pois, verdade é que seus pensamentos merecem os juízos mais descontraídos e despertam sentimentos contraditórios, no entanto, não há quem queira discorrer acerca de política hoje que possa ignorá-lo.

Segundo Lemos (2007), a sociedade à época de Maquiavel (1469-1527) Cristandade em decadência: conflitos entre o poder divino (Igreja) e o poder temporal (Estado) Processo de ascensão do capitalismo: mercantilismo Desenvolvimento do Estado Nacional: soberanos locais são absorvidos pelo fortalecimento das monarquias e pela crescente centralização das instituições políticas (cortes de justiça, burocracias e exércitos) Estado absoluto: preserva a ordem de privilégios aristocráticos (mantendo sob controle as populações rurais), incorpora a burguesia e subordina o proletariado incipiente Inglaterra e França: consolidam poder central Itália não realiza unificação nacional: é um conglomerado de pequenas cidades estados rivais, disputados pelo Papa, Alemanha, França e Espanha.

Contudo, é importante ressaltar que ele preferia uma república à ditadura. Tinha uma preocupação com a fraqueza militar e política da Itália, e desejava ver um governante forte que unificasse o país e expulsasse os invasores estrangeiros que estavam devastando a Itália. Por um lado, Maquiavel era defensor de táticas severas e cínicas, por outro, ele era um patriota idealista. Algumas máximas maquiavélicas:

- Não se pode chamar de “valor” assassinar seus cidadãos, trair seus amigos, faltar a palavra dada, ser desapiedado, não ter religião. Essas atitudes podem levar à conquista de um império, mas não à glória;
- Homens ofendem por medo ou por ódio;
- Assegurar-se contra os inimigos, ganhar amigos, vencer por força ou por fraude, faz-se amar e temer pelo povo, ser seguido e respeitado pelos soldados, destruir os que podem ou devem causar dano, inovar com propostas novas as instituições antigas, ser severo e agradável, magnânimo e liberal, destruir a milícia infiel e criar uma nova, manter as amizades de reis e príncipes, de modo que lhe devam beneficiar com cortesia ou combater com respeito, não encontrará exemplos mais atuais do que as ações do duque;
- Um príncipe sábio deve observar modos similares e nunca, em tempo de paz, ficar ocioso.
- Pois o homem que queira professar o bem por toda parte é natural que se arruíne entre tantos que não são bons;
- Vindo a necessidade com os tempos adversos, não se tem tempo para fazer o mal, e o bem que se faz não traz benefícios, pois julga-se feito à força, e não traz reconhecimento;
- Tendo o príncipe necessidade de saber usar bem a natureza do animal, deve escolher a raposa e o leão, pois o leão não sabe se defender das armadilhas e a raposa não sabe se defender da força bruta dos lobos. Portanto é preciso ser raposa, para conhecer as armadilhas e leão, para aterrorizar os lobos;
- Nota-se que os homens ou são aliciados ou aniquilados.

Como é de entendimento, Maquiavel insinuou que os fins justificam os meios, quando cita que um bom Príncipe deve estar preparado para esquecer a Ética, a religião, a moral, está simplesmente dizendo que em determinadas situações um bom Príncipe deverá fazer o que a situação pedir, mesmo que para isso ele tenha que mandar matar alguns, para salvar um Estado inteiro.

Existem algumas situações em que quanto mais o poder e a sobrevivência estão ameaçados, menor torna-se o tempo da escolha a menos que você prefira ter o poder e sua sociedade destruída do que utilizar meios ilegais. Ele era um realista, e adotou o que alguns chamam de realismo amoral.

Mas o que temos de perguntar é se estamos em uma situação desesperadora, se estamos enfrentando as duras leis da necessidade. O que observamos hoje, é que, há maioria das pessoas que ocupam cargos de confiança em repartições públicas ou mesmo em empresas privadas, aceitam fazer determinadas ações por necessidade da própria sobrevivência familiar.

Assim, entendemos que estamos criando uma sociedade de opressores e oprimidos e esse é o jogo de poder existente em nossa sociedade atual e também no tempo de Maquiavel.

Como, os Políticos de hoje, Maquiavel justifica medidas desagradáveis e fraudulentas, como necessárias para o bem comum.

Segundo Ribeiro (2012), a palavra Ética é de origem grega derivada de *ethos*, que diz respeito ao costume, aos hábitos dos homens.

Teria sido traduzida em latim por *mos* ou *mores* (no plural), sendo essa a origem da palavra moral. Uma das possíveis definições de ética seria a de que é uma parte da filosofia (e também pertinente às ciências sociais) que lida com a compreensão das noções e dos princípios que sustentam as bases da moralidade social e da vida individual.

Em outras palavras, trata-se de uma reflexão sobre o valor das ações sociais consideradas tanto no âmbito coletivo como no âmbito individual quando ressalta, que “o príncipe bom não necessariamente deva ser um homem bom, o que importa mais é a aparência, que o engano pode ser praticado, que é melhor ser temido do que ser amado, para manter-se no poder era melhor ser temido, porque o medo paralisa e oprime as pessoas” (MAQUIAVEL, 2010, p.102).

“Os homens têm menos pudor em ofender alguém que se faça amado do que alguém que se faça temer. O amor é mantido por um vínculo de obrigação, que os homens, sendo malvados, rompem quando melhor lhes servir. Mas o temor é mantido pelo medo de ser punido”. (MAQUIAVEL, 2010, p.103).

Por isso, acreditava que os fins justificam os meios, o que interessava para os poderosos da época, eram os resultados para manter-se no poder a qualquer preço. E isso não mudou. Até hoje os poderosos buscam os resultados, por eles são julgados e sentenciado e nas urnas o resultado dessas sentenças, mesmo que usando de meios ilegais, manipulando, corrompendo e sendo corrompido, o que interessa para eles é o poder e os prazeres que esse pode dar.

"O desejo de conquista é coisa realmente natural e comum e os homens que podem satisfazê-lo serão louvados sempre e nunca recriminados. Mas não o podendo, e querendo fazê-lo de qualquer modo, aí estão em erro, e merecem censura". (MAQUIAVEL, 2010, p.55).

Mais uma vez a natureza humana é examinada por Maquiavel, sabendo que os homens são fascinados por conquistar, ele deve ser aplaudido quando a consegue por meios legais, porém o ser humano deve ser recriminado se a mesma for feita por meios ilegais, pois não há glória e nem virtude em conquistas realizadas inadequadamente.

3. O JOGO POLÍTICO E SUAS INFLUÊNCIAS.

3.1. Um pouco da história do Município de São José dos Campos.



Fotografia 1- Vista geral de São José dos Campos

Fonte: http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/planejamento_urbano.aspx acesso: 11/03/12

As origens de São José dos Campos remontam ao final do século 16, quando se formou a Aldeia do Rio Comprido, uma fazenda jesuítica que usava a atividade pecuarista para evitar incursões de Bandeirantes. Porém, em 10 de setembro de 1611, a lei que regulamentava os aldeamentos indígenas por parte dos religiosos fez com que os jesuítas fossem expulsos e os aldeãos espalhados.

Os jesuítas voltaram anos mais tarde, estabelecendo-se em uma planície a 15 quilômetros de distância, onde hoje está a Igreja Matriz de São José, no centro. Este núcleo, que deu origem à cidade, tinha clima agradável e ficavam numa posição estratégica em caso de invasões. Novamente a missão passava aos olhares externos como fazenda de gado. Nesse período, a aldeia apresentou sérias dificuldades econômicas por causa do grande fluxo de mão de obra para o trabalho nas minas.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil, e todas as posses da ordem confiscadas por Portugal. Na mesma época, Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, conhecido como Morgado de Mateus, assumiu o governo de São Paulo, com a incumbência de reerguer a capitania, mera coadjuvante num cenário em que Minas Gerais se destacava

pela atividade mineradora. Uma das primeiras providências foi elevar à categoria de vila diversas aldeias, entre elas São José, com o objetivo de aumentar a arrecadação provincial.

Mesmo antes de se tornar freguesia, a aldeia foi transformada em vila em 27 de julho de 1767 com o nome de São José do Paraíba. Foram erguidos o pelourinho e a Câmara Municipal, símbolos que caracterizavam a nova condição. Entretanto, a emancipação política não trouxe grandes benefícios até meados do século 19, quando o município passou a exibir sinais de crescimento econômico, graças à expressiva produção de algodão, exportado para a indústria têxtil inglesa.

Depois de ocupar posição periférica no período áureo do café no Vale do Paraíba, São José dos Campos ganhou destaque nacional na chamada fase sanatorial, quando inúmeros doentes procuravam o clima da cidade em busca de cura para a tuberculose. Gradativamente já estava sendo criada uma estrutura de atendimento, com pensões e repúblicas.

Em 1924 foi inaugurado o Sanatório Vicentina Aranha, o maior do país. Somente em 1935, com os investimentos do governo de Getúlio Vargas e a transformação do município em estância climatérica e hidromineral, o município pôde investir em infraestrutura, principalmente na área de saneamento básico, que no futuro viria a ser um trunfo a mais para a atração de investimentos destinados ao desenvolvimento industrial.

Entre 1935 a 1958, a cidade foi administrada por prefeitos sanitaristas, nomeados pelo governo estadual. A autonomia para eleger o prefeito foi perdida em 1967, durante o regime militar, e reconquistada em 1978.

O processo de industrialização da de São José dos Campos tomou impulso a partir da instalação, em 1950, do então Centro Técnico Aeroespacial (CTA) - hoje Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) - e inauguração da Via Dutra, em 1951. Nas décadas seguintes, com a consolidação da economia industrial, a cidade apresentou crescimento demográfico expressivo, que também acelerou o processo de urbanização.

Entretanto, a partir da década de 80, o crescimento populacional diminuiu. Ocorreu uma forte redução da taxa geométrica de crescimento anual, que caiu para 3,99% ao ano.

A análise mais detalhada demonstra que a década de 80 foi marcada por um importante saldo migratório, ou seja, grande parte do crescimento populacional ocorrido em São José dos Campos nesse período deve-se à migração, particularmente intensa entre os anos de 1986 e 1991. Além disso, durante a década de 80, o crescimento vegetativo do município ainda foi expressivo, embora já em sensível queda, se comparado ao período anterior.

Durante a década de 90 o crescimento da população joseense foi ainda menos intenso do que o observado na década anterior, resultando em uma taxa de 2,23% ao ano. Isso se deve

à redução tanto do saldo migratório quanto do crescimento vegetativo no município. Ou seja, nessa década ocorreu uma grande redução do número de pessoas que se estabeleceram no município, contando também com a saída de moradores, acompanhada ainda de uma redução nos nascimentos, embora não tão intensa quanto a redução do saldo migratório.

Nesse sentido, importa destacar que houve uma redução da taxa de natalidade ao longo desses anos: enquanto em 1980 a taxa era de 35,15 nascidos vivos por mil habitantes, em 2000 esse número se reduziu para 18,88 (quase a metade da taxa observada há duas décadas). Nos anos seguintes ao Censo de 2000, segundo dados da Fundação SEADE, a taxa de natalidade permaneceu em declínio.

As tabelas seguintes apresentam respectivamente a evolução da taxa de natalidade do município e o balanço entre crescimento vegetativo e o saldo migratório ao longo das últimas décadas, assim como uma projeção do comportamento dessas variáveis no primeiro quinquênio do século XXI, já sob a vigência de uma taxa de crescimento populacional inferior a 2%. Nos anos 90 e início do século 21, São José dos Campos passou por um importante incremento no setor terciário.

A cidade é um centro regional de compras e serviços, com atendimento a aproximadamente dois milhões de habitantes do Vale do Paraíba e sul de Minas Gerais.

Nas duas últimas décadas, São José dos Campos vem experimentando importantes transformações na estrutura econômica. Um dos principais aspectos desta mudança é a reestruturação do sistema produtivo, processada pelas empresas presentes no município.

As estratégias globais adotadas pelas empresas geraram um novo desenho na base industrial instalada, principalmente com relação ao adensamento das cadeias produtivas automobilística, de telecomunicações e aeroespacial, além do importante papel do setor petrolífero. O adensamento verificado, por sua vez, não pode ser atribuído à quantidade de empresas, mas ao volume de negócios gerados, particularmente no capital investido em novos empreendimentos.

Do ponto de vista financeiro o carro-chefe da economia de São José dos Campos continua sendo a indústria, responsável por cerca de 79% do valor adicionado do município.

As transformações ocorridas na economia da cidade foram responsáveis pelos sucessivos incrementos no valor adicionado do município, que no período de 2000 a 2005 obteve um crescimento de 22%.

O setor industrial de São José dos Campos conta com um parque industrial moderno, diversificado e em ampliação, destacando-se no cenário nacional por apresentar três fortes segmentos de empresas e respectivas cadeias produtivas: o automotivo, o petrolífero e o

aeroespacial. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com base no ano de 2006, colocam São José dos Campos em segundo lugar no ranking de exportação no Estado de São Paulo, ficando atrás apenas da capital.

São José dos Campos, polo tecnológico do Vale do Paraíba e do Brasil, ocupa localização estratégica entre as duas mais importantes cidades do país: São Paulo e Rio de Janeiro. Por aqui passam as principais rodovias e estão instaladas algumas das maiores indústrias do país. A cidade também está próxima da montanha e do mar.

No município, está às sedes dos mais importantes Institutos de Pesquisas Científicas e unidades escolares que abrangem da pré-escola a pós-graduação. Destacam-se o CTA – Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial, ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica e INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.¹

¹ Fonte página Secretária do Planejamento Urbano SEADE 2012.
http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/planejamento_urbano.aspx. acesso:11/03/12

3.2 Indicadores do município de São José dos Campos

Tabela 1 - População Residente segundo a Situação de Domicílio Estado de São Paulo, Região de Governo de São José dos Campos e Município - 1980, 1991 e 2000

Anos /Situação de domicilio População Residente

1980

Estado de São Paulo	RG São José dos Campos	Município de SJCampos
Total - 25.042.074	487184	287513
Urbana - 22.196.896	445970	276873
Rural - 2.845.178	41214	10640

1991

Total	31.588.925	710451	442370
Urbana	29.314.861	662504	425515
Rural	2.274.064	47947	16855

2000

Total	37.032.403	852652	539313
Urbana	34.592.851	809177	532717
Rural	2.439.552	43475	6596

Fonte: http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/planejamento_urbano.aspx. acesso:11/03/12 - Fonte página Secretária do Planejamento Urbano SEADE 2012.

**TABELA II
Taxa de Crescimento Populacional**

1980/1991

Estado de São Paulo	RG São José dos Campos	Município de SJCampos	
Total	2,13	3,49	3,99
Urbana	2,56	3,66	3,98
Rural	-2,02	1,39	4,27

1991/2000

Total	1,78	2,05	2,23
Urbana	1,80	2,25	2,53
Rural	0,78	2,25	9,99

Fonte: http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/planejamento_urbano.aspx. acesso:11/03/12 - Fonte página Secretária do Planejamento Urbano SEADE 2012.

POPULAÇÃO

População Estimada 2009 (IBGE)	615.871
População Total 2000	539.313
Urbana	532.717
Rural	6.596
Faixa Etária % (Município)	
Crianças (0 a 14 anos)	27,53
Jovens (15 a 24 anos)	20,17
Adultos (25 a 59 anos)	45,72
Idosos (60 anos e mais)	6,58
Taxa de Crescimento (1991 - 2000)	2,23% ^{aa}
Taxa de Natalidade (por mil habitantes) 2007	14,56
Evolução Populacional	
Pirâmide Etária (1970 - 2000)	
Esperança de Vida ao Nascer (anos) 2000	73,89
Densidade Demográfica (Estimativa 2009)	575,20 hab/km ²
Taxa de Urbanização 2000	98,78%

Fonte: http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/planejamento_urbano.aspx. acesso:11/03/12 - Fonte página Secretária do Planejamento Urbano SEADE 2012.

Condições de Vida

Índice de Desenvolvimento Humano (Ranking no Estado)

ANO - 2000

IDHM	Índice	Ranking
Geral	0,849	11º
Longevidade	0,815	48º
Educação	0,933	5º
Renda	0,8	18º

Fonte: http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/planejamento_urbano.aspx. acesso:11/03/12 - Fonte página Secretária do Planejamento Urbano SEADE 2012.

São José Dos Campos Censo 2010		
Descrição	Valor	Unidade
População	627.544	Pessoas
Área da unidade territorial	109.978	Km²
Eleitoral	397.310	Eleitores
PIB per capita a preços correntes	34007.89	Reais
Matrícula - Ensino fundamental	2009,87484	Matrículas
Matrícula - Ensino fundamental	2009,29754	Matrículas
Docentes - Ensino Médio	2009,3973	Docentes
Docentes - Ensino Médio	2009,3973	Docentes
Estabelecimentos de Saúde SUS	94	Estabelecimento
Nascidos vivos - registrados - lugar do registro	9.516	Pessoas
Receitas orçamentárias realizadas - Correntes	121.877.188.500	Reais
Despesas orçamentárias realizadas - Correntes	95.435.127.830	Reais
Valor do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	3.666.140.908	Reais
Número de unidades locais	19.885	Unidades
Pessoal ocupado total	20.643	Pessoas
Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística		

3.3 O Jogo Político em São José dos Campos.

Afinal para que serve o Jogo Político? Para matar, para corromper, para destruir e ferir a alma pura dos que acreditam que ele pode ser usado para o bem comum? Sobre esses assuntos Maquiavel não conseguiu calar-se, e com a alma ferida procurou a verdade incessantemente.

No entanto sua armadilha é atraente – falar do poder que todos sentem, mas não conhecem. Porém para conhecê-lo é preciso suportar a ideia da incerteza, da contingência, de que nada é estável e que o espaço da política se constitui e é regido por mecanismos distintos que norteiam a vida privada. Maquiavel viveu assim, observando aqueles que detinham o poder e como esse poder era usado em um dos capítulos do livro “O príncipe” destaca que para a manutenção da autoridade, levanta a seguinte questão:

“Não basta extinguir o sangue do príncipe. Restam aqueles barões, senhores poderosos, que vêm a ser cabeça de novas rebeliões. E, não sendo possível contentá-los ou extingui-los, perderás o Estado na primeira oportunidade que os favoreça.”
“Note-se que os homens devem ser mimados ou destruídos, pois, podendo vingar-se de ofensas leves, porém não o podem das graves. Deste modo, a ofensa que se faça deve ser tal, que não se precise temer a vingança.” (MAQUIAVEL, 2010).

No jogo político da época do escritor Maquiavel, era necessário quando assumisse um novo reinado acabar com todos os seguidores do Príncipe ou contentá-los com favores, para não ter o risco de perder o Estado.

Hoje, isso ainda acontece no município de São José, se temos interesses neles, favorecemos alguns pedidos, tornando-os apenas bons adversários, pois, na próxima eleição eles tornam-se aliados para fortalecer os acordos.

Também a nível nacional quando a então candidata a Presidência da República no pleito eleitoral do ano 2010 de mãos dadas com ex-presidente Fernando Collor de Melo, atual Senador da República e com ex-governador do Estado de São Paulo o engenheiro Paulo Maluf, atual Deputado Federal, inimigos número um do PT – Partido dos Trabalhadores, uniram força políticas para conseguir maiores números de eleitores.

As coligações servem para se obter bons resultados nas urnas eleitorais, e antes, durante e depois negociam cargos, ministérios, favorecendo a criação da base aliada ao governo para conseguir a tão sonhada governabilidade.

Por isso, um mesmo partido coliga a nível federal com o PT, e a nível estadual com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Com isso, em cada eleição vemos a dança

das coligações, o que era adversário em eleições passadas, em futuras serão bons companheiros para terem mais tempo no horário político nos meios de comunicações e também favorecendo interesses de políticos que para continuar no poder fazem acordos com empresários que financiam suas campanhas em benesses de projetos a serem votados em interesses de suas empresas.

Isso acontece no Estudo Caso de São José dos Campos em relação à Câmara Municipal e o Executivo, alguns são privilegiados, outros nem atendidos são.

Entrando, primeiro no jogo político de São José dos Campos para que os leitores entendam como ele funciona no município.

São José dos Campos é uma cidade de grande porte, com quase setecentos mil habitantes e administradas pelo PSDB, a partir do ano 1997. O primeiro mandato foi de 1997 a 2000 o segundo 2001 a 2004, fazendo assim o sucessor em 2005 até 2008 conseguindo se reeleger até 2012.

Para entender melhor o jogo do poder municipal e a sua manipulação, na primeira gestão, segundo Amaral, (2007) “eles desenvolveram uma nova forma de governar a cidade, estabelecendo entre a Prefeitura e Câmara uma relação semelhante, em alguns aspectos, ao parlamentarismo. Cabe registrar: o governo de coalizão surgiu decorrido dois anos da primeira administração tucana. Na época (98), com o objetivo de impulsionar a máquina administrativa, prefeito e vereadores promoveram diversas reuniões construindo um pacto de governabilidade que permanece até hoje”. (Amaral, Jorley. Administração Compartilhada. JORNAL O VALEPARAIBANO, São José dos Campos, 20.out,07.p.02).

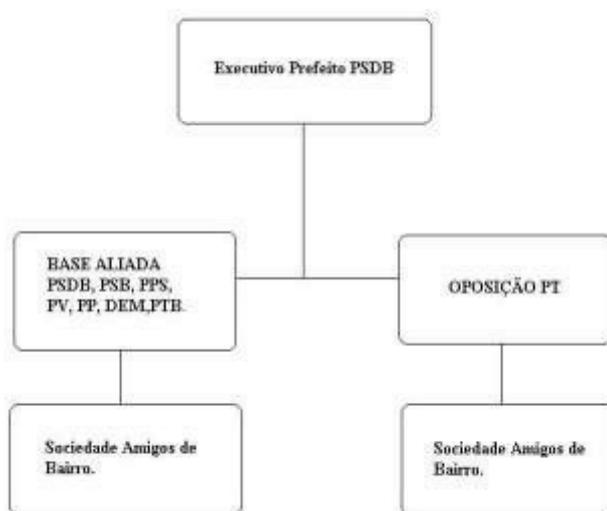


Figura 02: Funcionamento da política local -Fonte: Elaborada pela autora.



Figura 03: Composição da Base Aliada. Fonte: JORNAL O VALEPARAÍBANO, São José dos Campos, 05 Abril 2009, Política, 1º caderno, p. 05.

De acordo com o quadro acima, para que o executivo conseguisse a governabilidade desejada foi preciso negociar com a base aliada, com os partidos PSDB, PSB, PPS, PV, PP, DEM, PTB, também com os partidos da coligação feita durante a campanha eleitoral Coligação São José no rumo certo –, PHS, PRTB, PSC, PR, PDT, PT do B, PV, PSL, PSB, PSDC e a sociedade amigos de bairros, sendo que várias delas² tem ligação direta com um dos vereadores da bancada governista.

Siglas da base aliada:

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira;

PPS- Partido Popular Socialista;

PSB – Partido Socialista Brasileiro;

PV – Partido Verde;

PP – Partido Progressista;

DEM – Democratas;

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

² <http://www.camarasjc.sp.gov.br/> acesso: 10/02/12

Sendo que outros partidos participaram da campanha eleitoral, como mostra a Coligação São José no rumo certo – PSDB, PHS, PTB, DEM, PRTB, PSC, PPS, PR, PDT, PT do B, PV, PSL, PSB, PSDC construída durante o pleito eleito de 2008.

Alguns partidos dessa coligação não obtiveram votos suficientes para a conquista de uma cadeira na Câmara Municipal, não fazem parte da base aliada que decide a vida dos municípios Joseense, no entanto, possuem cargos comissionados no executivo ou na administração indireta, ligados ao jogo político, visto que só assim os detentores do poder conseguem seus apoios para o próximo pleito eleitoral.

A professora de Ciências Política da USP - Universidade de São Paulo criticou a prática adotada pelo prefeito do PSDB ao dar abrigo em seu governo aos candidatos e a vereadores derrotados no pleito eleitoral. (ANEXO B - “Guarda-chuva” tucano abriga derrotados, JORNAL O VALEPARAIBANO, São José dos Campos. 05.Abr.2009, primeiro caderno.p.05).

Segundo Emerson Garcia (2003,04) “sem ideologia política e partidária e uma pequena participação popular, quanto maior for à relevância dos interesses que o agente público venha a dispor em troca das benesses que lhe sejam ofertadas, maior será o custo social de sua conduta”.

Conforme o JORNAL VALEPARAIBANO (2007), com a maioria folgada, o alcaide apresentou mais projetos que os vereadores do município de São José dos Campos, ofuscando assim a produtividade da Câmara e ainda conseguiu aprovar propostas polêmica como a autorização legislativa para a concorrência do transporte coletivo e a revisão do Plano Diretor.

O chefe do Executivo apresentou ao todo 78 proposituras que tramitaram na Câmara, esse número foi superior às propostas individuais de todos os parlamentaristas, com a bancada governista ao seu favor, todos os seus projetos foram aprovados durante o ano eleitoral. (LEGISLATIVO. JORNAL O VALEPARAIBANO, “Prefeito ofusca produtividade da Câmara”, São José dos Campos, 14. Fev.2007. Primeiro Caderno. p.05).

Está é uma estratégia usada desde 1998, o orçamento para o ano de 2008 foi aprovado, sendo que R\$135 milhões foram para a bancada governista, o valor proporcional a 12% da proposta de Orçamento para o ano de 2008 que estacionou em R\$1.12 bilhões. A tática é usada para pacificar a Câmara e garantir sustentabilidade do governo. (ANEXO C – Orçamento 2008. “Ao fatiar o Orçamento entre a bancada Prefeito reforça o clientelismo como filosofia de governo”, JORNAL O VALEPARAIBANO, São José dos Campos, 09. Out.2007.p.02).

Como já foi afirmado anteriormente, “o poder legislativo perde um pouco sua independência entre os poderes, ferindo assim um dos princípios do Estado Democrático Brasileiro. Sem isso não há debates de ideias, não há contraponto entre poderes, não há confronto de metas e formas de atuação. Há apenas imposição de propostas em troca de favores eventuais, os acordos de gabinete. Esse é o grande perigo que paira sobre a relação tão íntima construída entre o Poder Executivo e Câmara.” (Editorial: Dois e Dois, Cinco: Eleição do presidente da Câmara, atrela Câmara ao Paço Municipal: quem ganha com tudo isso? JORNAL O VALEPARAIBANO, São José dos Campos. 2009,08. jan. p.02). (ANEXO E - Lei Orgânica do Município de São José dos Campos).

Diante da lei Orgânica Municipal cabe ao vereador grande responsabilidade diante da população. Ressalta o artigo 26 cap. I e 27, que “uma delas é legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e estadual e a outra a de fiscalizar o executivo.” (ANEXO E - Lei Orgânica do Município de São José dos Campos).

Segundo informou assessoria do PT, “seus projetos não são aprovados, tendo em vista que seus membros fazem parte da minoria de oposição”. E uma forma de driblar essa situação é fazer ofício como forma reivindicações da comunidade. (ANEXO F – Desocupação antecipa debate político em São José dos Campos. JORNAL O VALEPARAIBANO, São José dos Campos, 05 fev. 2012.p.17 e (ANEXO G – Processo 03093/2006, Projeto de lei nº 70/2006), que está em tramitação desde 2006.

Conforme Maquiavel (2010) “é melhor não se concentrar apenas nos distúrbios presentes, mas também nos futuros, fazendo de tudo para evitá-los, pois com a prevenção é possível remediá-los mais facilmente, ao passo que , quando se espera demasiado mais o tratamento não chega, porque a doença já se tornou incurável; é como a tísica, que segundo os médicos, a princípio é fácil de tratar e difícil de diagnosticar, mas, como o passar do tempo, não tendo sido diagnosticada nem tratada precocemente, se torna fácil de reconhecer e difícil de curar”. (Maquiavel, 2010.p.54).

Nota-se que o processo em tramitação deste de 2006, não foi apreciado no tempo certo, trazendo a gestão pública problemas que poderiam ser evitados, se em tempo certo medidas cabíveis fossem tomadas, mas o jogo político esperou demasiadamente, e o tempo passa, e traz com ele tanto o bem como o mal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A pesquisa realizada mostra as interações entre “jogo político” e as apreciações dos fundamentos de Maquiavel nos acontecimentos atuais vigentes na política do município de São José dos Campos. Observa-se, que, tanto a obra supracitada como as informações coletadas na imprensa de SJC e em conversar informais com cidadãos joseense, mostram a dinâmica perpétua e repetitiva do ciclo político e as devidas consequências para a sociedade, seja na forma direta de sua atuação ou na repercussão de seus resultados.

A falta de moralidade do agente público causam problemas sérios ao município corroendo o alicerce do Estado Democrático de Direito. Para Maquiavel (2010.p.105) ”aquele que conspira não pode agir sozinho”. Notam-se as traições, as coligações, o apadrinhamento que tanto Maquiavel observou em seu tempo e são perceptíveis na atualidade. Aliás, os líderes de governo possuem a natureza da raposa e a do leão como bem explicou o autor sua obra, O Príncipe.

O homem tem o livre arbítrio para escolher entre a virtude e a fortuna; e sabe que o tempo pode trazer tanto mal como o bem. Os indivíduos são tão simplórios e obedientes às necessidades imediatas, que aquele que engana sempre encontra a quem se deve enganar, e no jogo político essas situações aparecem em todos os momentos.

Nas manchetes da atualidade, é possível perceber o clientelismo e as manobras usadas entre os detentores do poder assim como nos escritos da obra do escritor florentino, há quinhentos anos, mostrando que a natureza humana continua a mesma em relação ao poder e jogo político.

Maquiavel relata natureza humana como imperfeita, na qual os homens são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e corruptos lucros. Observam-se, esses traços da natureza humana claramente nos políticos do município de São José dos Campos, os quais são capazes de qualquer ato para continuarem no poder.

Nas sociedades contemporâneas, em que o poder é estabelecido através do regime democrático o jogo político também estabelece um vínculo de coação para se conseguir a governabilidade entre os partidos do jogo atual, transformando os seres humanos em opressores e oprimidos.

A consciência política do cidadão brasileiro precisa ser reconstruída através de políticas educacionais, de forma que as ideias pré-concebidas do tempo da monarquia e do autoritarismo do regime militar sejam culturalmente transformadas.

Verifica-se, um tempo em que os valores morais perderam a importância, a falta de caráter tornou-se virtude e não defeito e a corrupção imperou para a construção de uma sociedade que gera homens opressores e oprimidos.

Assim, os fins justificam os meios para a manutenção do poder, como Maquiavel insinuou a mais de 500 anos, perdemos a ética e a moral.

Talvez a única forma efetiva de combater as práticas asquerosas e nocivas da política, é a evolução de alto nível, de politizar a população, fazer dela, como é premissa essencial da Democracia, a fonte primária, básica do poder, e, a quem as benesses dele são dirigidas, e, não laconicamente massa de manobra de interesses escusos.

Os casos de corrupção praticados pelos administradores municipais são praticamente desconhecidos pela população considerando todos os municípios brasileiros e o pluralismo dos padrões éticos dos administradores eleitos, dizer que o poder não é usado para obter vantagens privadas é ingenuidade.³

Segundo o Senador Pedro Simon no começo de 2010, teve-se a aprovação do chamado Projeto Ficha Limpa, fato que certamente renderá muitos frutos nas próximas eleições. Daqui para frente, a Justiça dispõe de um mecanismo para barrar as candidaturas de cidadãos acusados de crimes, em especial crimes contra o patrimônio público.

Nada é mais urgente na vida pública do que a exigência de idoneidade moral e de conduta ilibada dos candidatos a cargos políticos. É crescente a preocupação da sociedade brasileira com o avanço da corrupção em todos os níveis da administração pública e diante da certeza de que raramente ocorre a punição dos infratores. (Simon, Pedro. A luta pela ficha limpa: atuação parlamentar 2009.p.12).

Para, outra pesquisa seria interessante um estudo sobre “Política Digital nas Redes Sociais” como na atualidade as pessoas fazem políticas, criando movimentos sociais através da internet ou “O Direito a Propriedade é mais importante que o Direito a Vida”. Pinheirinho um caso a ser estudado

³ O (Brasil tem 5.565 municípios segundo o censo 2010 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas).

5. REFERÊNCIAS.

ALVES, Randolph Frederich Rodrigues. Maquiavel, o estado moderno e a fundação da ciência política. Revista da Escola de Administração Pública do Amapá, Escola de Administração Pública do Estado do Amapá __v.01, n.01 (jan/dez. 2009) __Macapá: Escola de Administração Pública do Amapá, 2009.p.28. Disponível em:

www.eap.ap.gov.br

Acesso em: 08.ag.2011

_____**AMARAL, Jorley. Administração Compartilhada.** JORNAL O VALEPARAIBANO, São José dos Campos, 20 out. 2007.p.02.

ARAÚJO, SANCHES, Marcelo, Oscar Adolfo. A Corrupção e os controles internos do Estado. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ln/n65/a06n65.pdf>

Acesso em: 08 Ag.2011.

BIONDI, Odanete das Neves Duarte, BRANCH, Gutenbergue, Mauro, Nascimento. Nicolau Maquiavel: (re)visitando “O Príncipe”. Revista da Escola de Administração Pública do Amapá, Escola de Administração Pública do Estado do Amapá __v.01, n.01 (jan/dez. 2009) __Macapá: Escola de Administração Pública do Amapá, 2009.p.282 Disponível em:

www.eap.ap.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Divisão da base aliada. Disponível em:

<http://www.camarasjc.sp.gov.br/>

Acesso: 10/02/12

CARIBE, Daniel Andrade; JÚNIOR, Cleber Dias Da Silva; GOMES, Fábio Guedes; RIBEIRO, Elizabeth Matos; RIBEIRO, Mônica, Matos; SANTOS, Leidimar Cândida ; SOUZA, Reginaldo Santos; SANTOS,Thiago Chagas ; SOUTO, Iara Martins Icó.

Compreendendo a natureza das políticas do Estado capitalista. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n5/a02v41n5.pdf>

Acesso em: 08 ag. 2011.

CERQUEIRA, Adriano Sérgio Lopes da Gama. **Teoria política**, Ouro Preto:UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto.2008.p.26 -27.

COSTA, Maurício, Mesurini. Ética da responsabilidade e ética da convicção: proposta de uma racionalidade para o controle judicial de políticas públicas.

Disponível em:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/6129/4619>

Acesso em: 08ag.2011.

DUTRA, Tonhão. **Declara de interesse social, para fins de desapropriação a área denominada Fazenda Parreiras São José Pinheirinho e da outras providências.** Processo: 3093/2006, Projeto de lei: nº70/2006. Disponível em:
Assessoria do PT - Partido dos Trabalhadores, Gabinete do Vereador Tonhão Dutra.

EDITORIAL. **Orçamento 2008. "Ao fatiar o Orçamento entre a bancada Cury reforça o clientelismo como filosofia de governo"** JORNAL O VALEPARAIBANO. São José dos Campos, 09. Out.2007.p.02.

EDITORIAL. **Dois e Dois, Cinco. "Eleição de Alexandre atrela Câmara ao Paço Municipal"**. JORNAL O VALEPARAIBANO, São José dos Campos, 08. Jan.2009.p.02.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **IBGE divulga o resultado do censo 2010.** Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1744&id_pagina=1

Acesso em: 10 nov.2011.

____GARCIA, Emerson; **"A corrupção. Uma visão jurídico-sociológica"**.

Disponível em:

<http://www.tjrj.jus.br/institucional/dir_gerais/dgcon/pdf/artigos/direi_const/a_corrupcao_um_a_visao.pdf>

Acesso em: 20 nov. 2011.

LEGISLATIVO. **"Cury ofusca produtividade da Câmara: Com a maioria folgada prefeito apresentou mais projetos que os vereadores de São José durante ano eleitoral."** JORNAL O VALEPARAIBANO, São José dos Campos, 14. Fev.2007, Primeiro Caderno, Política. p.05.

____MAQUIAVEL, Nicolau. **"O Príncipe"**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

____MAQUIAVEL, **"O Príncipe"**. Disponível em:

<HTTP://www.youtube.com/watch?v=LUDOnaqzilo>

Acesso em: 12 set.2011

____MAQUIAVEL, Nicolau. Disponível em:

http://www.aeflup.com/ficheiros/Nicolau%20Maquiavel_1.pdf

Acesso em: 30 mar. 2012

PITKIN, Hanna Fenichel Pitkin. **Representação: Palavras, Instituições e Ideias.**

Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a03n67.pdf>

Acesso em: 10.ago.2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, **Secretária de Planejamento Urbano.** Disponível em:

<http://www.sjc.sp.gov.br/cidade.aspx>

Acesso em: 11/03/12

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, **Secretária de Planejamento Urbano.** Disponível em:

http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/planejamento_urbano.aspx

Acesso em: 11/03/12

____RAMON, Max. **Doador de Campanha toca obra de Cury.** JORNAL O VALEPARAIBANO, São José dos Campos, 13.Fev.2009.Política.Primeiro Caderno.p.08.

____RAMON, Max. **Doadora do prefeito ganha novo contrato.** JORNAL O VALEPARAIBANO. São José Dos Campos, 10. Fev. 2009. Primeiro Caderno. p.05.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **O que é Ética.** Disponível em:

<http://www.brasilecola.com/sociologia/o-que-etica.htm>>

Acesso em: 16 nov. 2011

ROEPKE, Dulcenéia de Souza, **Corrupções e Licitações: Uma análise da fiscalização e controle no município de Blumenau pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.** Disponível em:

<http://siaib01.univali.br/pdf/Dulcencia%20de%20Sousa%20Roepke.pdf>

Acesso em: 08 ag.2011.

ROSA, Beatriz. **Desocupação antecipa debate político em S. José.** JORNAL O VALE. São José dos Campos, 05 fev. 2012.p.17.

____SADEK, Maria Tereza, Nicola Maquiavel: O cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù. IN: Os clássicos da Política. 01. Francisco Weffort (org). São Paulos: Ed. Ática, 1989, p.11-50.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, **Lei Orgânica – “aura terraque generosa”.** Disponível em
<http://camarasjc.sp.tempsite.ws/clicknow/pdfs/lei-organica-do-municipio.pdf>

Acesso em: 09 ag.2011.

SARDI, Jaime Antônio Scheffler. **Estado e sociedade no Brasil**, Ouro Preto. UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto. 2009.p.09.10.

SIMON, Pedro. **A luta pela ficha limpa: atuação parlamentar 2009.p.12**. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/senadores/senador/psimon/livros/livro047.pdf>
Acesso em: 04.Abr.2012.

_____**SOUZA, César. Claudio. Guarda-Chuva Tucano abriga derrotados.** JORNAL O VALEPARAIBANO, São José dos Campos, 05 Abr. 2009. Política, Primeiro caderno. p. **05**.

_____**Souza, César. Claudio. Por 20 a 0, Câmara engaveta pedido de cassação de tucano.** JORNAL O VALEPARAIBANO, São Jose dos Campos, 13. Maio.2009. Política, Primeiro caderno. p. 04.

WEBER, Luiz Alberto. **Capital Social e a Corrupção Política nos municípios brasileiros**. Disponível em:
http://www.consocial.cgu.gov.br/uploads/biblioteca_arquivos/133/arquivo_56cb651599.pdf
Acesse em: 08 ag.2011.

ANEXO A – Doador de Campanha toca obra de Cury.

8 primeiro caderno

POLÍTICA

valeparaná | SEXTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2008

Contratos Públicos

Doador de campanha toca obra de Cury

Grupos que doaram recursos para a re-eleição assumem recapeamento de duas avenidas; obras estão atrasadas

Para governo, procedimento tem base legal

De Ana Paula Gomes

Nenhuma representante da oposição se pronunciou contra as obras de recapeamento de duas avenidas em São José do Rio Preto, realizadas pela Soemeg Terraplanagem, Pavimentação e Contratos.

Afobado pelo valeparaná em um secretário de governo político, o prefeito Eduardo Cury alega não ter condições de fazer concessões por desconhecimento do caso.

"Não sei, não por fora", disse o senador, pouco antes de ocorrer a reportagem a procurar o secretário de Transportes de São José, Falcão Barreto.

A pasta de Barreto é responsável pelas obras repaginadas há dois meses de campanha do prefeito. Barreto não recebeu entrevistas para falar sobre o caso — se manifestou por meio de uma carta nota, divulgada pela assessoria da imprensa da secretaria.

Segundo o secretário, "todas as licitações realizadas pela prefeitura são abertas e transparentes e amparadas pela Lei 8.556/98 (a chamada Lei de Licitações)". Barreto informou ainda que "o contrato da prefeitura é com a empresa Soemeg, responsável pelas obras". Nos contratos, complementar à nota, estão previstas subcontratações parciais das obras.

A secretária de Governo, Cláudia Kury de Moura, também foi procurada, para falar sobre o assunto, mas não se manifestou.

Soemeg alega alta demanda de serviços.

A empresa Soemeg Terraplanagem, Pavimentação e Contratos, responsável por mais de 50% dos serviços de recapeamento de ruas e avenidas em São José do Rio Preto, alega alta demanda de serviços.

Mais Novas
De Ana Paula Gomes

Dois empreiteiros que doaram recursos para a campanha do prefeito Eduardo Cury (PSDB) foram subcontratados para execução de obras de administração municipal.

Os projetos licitados somam mais de R\$ 4 milhões e se referem a serviços de recapeamento em duas avenidas — a Florestas Fernandes e a Linhas de Moura. As duas obras estão atrasadas.

A empresa contratada pela prefeitura para a execução do recapeamento foi a Soemeg Terraplanagem, Pavimentação e Contratos Ltda, com sede em Curitiba.

Os serviços acabaram sendo repaginados à Urbanizadora Serviobras, de Jacaré. Ela pertence à família Tabareson, que doou R\$ 15 mil para a campanha de Cury.

De acordo com informações da Receita Federal, a empreiteira possui dívidas previdenciárias atualizadas, o que, por lei, impede a disputa de licitações.

Outra situação da campanha do prefeito, a MP Moura Construções e Comércio, foi subcontratada para serviços de fracionamento (redução da altura) de calçadas.

Intitulado em Ilhorai, a empresa contratada com R\$ 10 mil (em espécie) para a re-eleição de Cury, também aponta a prestação de obras entregues pelo município.

Nenhuma representante da prefeitura quis falar sobre o assunto ontem. Questionado sobre os contratos durante a reportagem na Flap (Fundação Amador Álvares Pinheiro), o prefeito Eduardo Cury (PSDB) disse que o assunto deveria ser tratado pelos secretários. Em nota, o governo informou que os contratos de obras estão amparados pela legislação (veja mais nesta página).

TRANQUILIZAÇÃO - Avaliada em R\$ 2 milhões, a obra da Florestas Fernandes foi contratada pelo prefeito em outubro de 2006, meses de sua primeira gestão.

O contrato de Linhas de Moura foi celebrado dois meses antes. O projeto, avaliado em R\$ 4,5 milhões, inclui a construção de uma calçada de 1,5 metros.

O contrato firmado pela administração municipal com a Soemeg vem em transferência total dos serviços licitados a outras empresas, sob pena de rescisão.

A legislação em vigor permite apenas subcontratações parciais — ainda assim, somente se houver em que houver prévia autorização por escrito da administração.

Para o presidente do Direto Administrativo de USP (Universidade de São Paulo), Odete Mal-



SEM DADOS
Estrutura onde estava instalada a placa com informações sobre recapeamento de Avel Falcão

A legislação estabelece uma série de exigências para empresas que participam de licitações.

Essas empresas não podem, por exemplo, possuir dívidas com o poder público. Essas regras precisam ser seguidas

De Ana Paula Gomes



MÁQUINAS NA PISTA - Funcionários da Serviobras operam máquinas no projeto de recapeamento de asfalto em São José, empresa vencedora da licitação após problemas estruturais para preparar serviço

deixar a subcontratação leve-se a empresa que não possuem condições legais de disputar uma concorrência pública (veja mais nesta página).

ATRASO - As obras repaginadas pela Soemeg se destinam ao recapeamento de duas avenidas de execução atrasada, conforme constatou o valeparaná.

O recapeamento da Florestas Fernandes deveria ter sido concluído em janeiro — a placa que indicava o viário e o prazo de entrega da obra foi removida.

No caso da Linhas de Moura, o atraso é maior. O cronograma original do projeto previa o término de todas as obras da avenida até outubro do ano passado.

INVESTIGAÇÃO - O vereador Wagner Balduino (PT), contrário da licitação da oposição ao Câmara, questionou as subcontratações de obras feitas pela Soemeg.

"Essas obras não foram autorizadas por escrito permitindo essas subcontratações", disse o peitor.

No caso da Serviobras, há indícios de que houve uma transferência para transferir a lei, o que não poderia dispensar licitação da prefeitura", afirmou.

O vereador afirmou que pediu a intervenção do Ministério Público para investigar possíveis irregularidades. "Há uma relação muito perigosa entre essas empreiteiras que foram subcontratadas e o prefeito."

As obras

Avenida Florestas Fernandes
Recapeamento e implantação de calçada

O que prevê: Recapeamento, alargamento e implantação de base para tubar.
Valor: R\$ 2.000.703,95
Contratação: 01 de outubro de 2006
Prazo inicial de entrega: 180 dias

Avenida Linhas de Moura
Recapeamento e implantação de calçada

O que prevê: Recapeamento e implantação de calçada.
Valor: R\$ 2.348.820,77
Contratação: 18 de agosto de 2006
Prazo inicial de entrega: 180 dias

Especialista diz que há risco de fraude

A professora de Direito Administrativo da USP (Universidade de São Paulo) Odete Malvar afirmou que a subcontratação total de obras de obras feitas à Lei de Licitações. "Este tipo de situação favorece empresas que não possuem condições legais de disputar uma concorrência pública", disse a jurista. "Essas empresas não podem, por exemplo, possuir dívidas com o poder público. Essas regras precisam ser seguidas", informou. Segundo a lei, o descumprimento da Lei de Licitações pode resultar ações de improbidade administrativa.

ANEXO C Editorial: Orçamento 2008.

EDITORIAL

Orçamento 2008

Ao fatiar o Orçamento entre a bancada, Cury reforça o clientelismo como filosofia de governo

É um toma-cá, dá-lá.

Na edição do último domingo, o valeparaibano revelou a lista de pedidos que os vereadores governistas de São José vão encaminhar ao prefeito Eduardo Cury (PSDB) para tentar garantir obras em seus redutos eleitorais em 2008, ano de eleição municipal. Quem vai pagar a conta? O cidadão de São José, independente de sua simpatia política, ou do seu grau de satisfação ou insatisfação com a administração municipal, uma vez que a meta dos vereadores que apoiam o governo do PSDB é incluir as obras propostas no Orçamento 2008, encaminhado por Cury à Câmara há duas semanas. Somadas, as obras apadrinhadas pelos governistas atingem R\$ 135 milhões, valor proporcional a 12% da proposta de Orçamento para o próximo ano, que estacionou em R\$ 1,12 bilhão. A estratégia de 2007 repete uma prática já tradicional em São José desde 98, segundo ano da administração de Emanuel Fernandes (PSDB) —prefeito que usou o “fatiamento” do Orçamento para pacificar a Câmara e garantir sustentabilidade a seu governo.



É correta essa prática?

Para os vereadores, sim. Eles argumentam que, por sua ligação direta com a comunidade, apenas servem de elo entre as necessidades da sociedade e o governo municipal. Seriam “olheiros” atentos às demandas da comunidade. Para o governo do PSDB, a resposta também é positiva. Ao valeparaibano, a secretária de Governo de São José, Claude Mary de Moura, garantiu que não existe uma cota pré-determinada de investimentos em redutos dos vereadores governistas, mas considerou normal o encaminhamento de demandas pela bancada de situação. Tudo certo, então? No mundo das aparências, talvez. No mundo real, muito pelo contrário: ao usar sistematicamente uma gorda fatia do Orçamento de São José para bancar obras pedidas pelos vereadores, o governo do PSDB cristaliza uma lamentável prática de clientelismo político, pagando o apoio da bancada pró-Cury com dinheiro público. Isso fica mais patente quando se sabe que os pedidos dos governistas quase sempre acabam incluídos na proposta orçamentária e as emendas dos vereadores de oposição acabam sempre rejeitadas pelo rolo compressor da bancada aliada.

Triste ver em uma cidade do porte de São José práticas políticas que remetem ao clientelismo mais retrógrado, ao toma-cá, dá-lá feito de forma escancarada. Se este é um dos legados políticos de 11 anos de governo do PSDB, trata-se de uma herança pobre e lamentável.

09/10/07.
Paraibano
Página 02

ANEXO D – Doadora do prefeito ganha novo contato.

VALIDADE 10/02/2009

10/02/2009 Página 05

valeparaibano | TERÇA-FEIRA, 10 DE FEVEREIRO DE 2009

POLÍTICA

primeiro caderno 5

Público x Privado

Doadora de Cury ganha novo contrato

Empresa que liderou repasses para a campanha tucana vence licitação da merenda, estimada em R\$ 33,5 mi

Max Ramon
São José dos Campos

A empresa SHA Comércio de Alimentos Ltda. venceu a licitação aberta pela Prefeitura de São José dos Campos para o fornecimento da merenda consumida nas escolas estaduais do município. O novo contrato, fixado em R\$ 33,5 milhões, terá validade de dois anos.

A SHA é responsável pelo serviço desde 2006 —o primeiro contrato, avaliado em R\$ 22 milhões, terminou em setembro do ano passado e foi substituído por um acordo emergencial com vigência de cinco meses, no valor de R\$ 5,7 milhões.

Conforme revelou o valeparaibano, a empresa foi a maior doadora da campanha do prefeito Eduardo Cury (PSDB) à reeleição, com um cheque de R\$ 150 mil (o que é equivalente a mais de 10% de toda a receita movimentada pelo político tucano na corrida sucessória).

O novo contrato da merenda foi publicado no último sábado, dois dias após sua homologação.

Outras duas empresas que disputaram o serviço (a Novo Sabor e a Starbene) abriram mão de apresentar recursos contestando o resultado da concorrência.

A prefeitura informou ontem, por meio de sua assessoria de imprensa, que a licitação da merenda escolar foi "transparente" e "aberta à participação de qualquer empresa".

PROBLEMA - A concorrência da merenda já se arrastava havia quase seis meses. O certame chegou a ficar suspenso por dois meses

por determinação do TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), que apontou supostas falhas no edital lançado pela prefeitura.

Cinco empresas disputaram o certame —além da SHA, da Novo Sabor e da Starbene, participaram da licitação a Geraldo Coan e a CEC, que foram eliminadas na fase de habilitação técnica (que avalia a situação tributária e ope-

racional das concorrentes).

A oferta da firma vencedora ficou 1,43% abaixo do valor orçado em edital (R\$ 34 milhões).

A empresa Novo Sabor apresentou uma proposta de R\$ 33,785 milhões e a Starbene, de R\$ 34,632 milhões, segundo a assessoria de imprensa da administração tucana.

O novo valor a ser gasto pela prefeitura com o preparo e o for-

necimento de merenda às escolas estaduais representa um aumento de 52,27% em relação ao antigo contrato, celebrado em 2006. O serviço contempla 41 mil alunos de 60 unidades de ensino.

Procurada pela reportagem do valeparaibano, a SHA não se pronunciou sobre o assunto ontem (leia texto nesta página).

COLABORADORA - A doação efetua-

da pela SHA à campanha de Eduardo Cury ocorreu em 7 de agosto do ano passado (poucos dias antes da abertura da nova licitação da merenda). Os dados são referentes à prestação de contas do Comitê Financeiro do PSDB de São José.

Ao todo, a coordenação da campanha tucana captou um montante de R\$ 2,109 milhões durante a última corrida eleitoral

—as maiores colaboradoras da coligação governista foram construtoras e empresas que prestam serviços para a administração municipal.

REAÇÃO - Para a ex-prefeita e ex-deputada federal Angela Guadagnin, líder da bancada do PT na Câmara de São José dos Campos, a doação feita pela SHA Comércio de Alimentos à campanha do prefeito no ano passado "levanta suspeitas" sobre a nova concorrência da merenda escolar da cidade.

"Nenhum fornecedor da prefeitura pode efetuar doações para a campanha do prefeito. Isso é ilegal", disse a vereadora, que governou o município entre 1993 e 1996 e ocupou cadeira no Poder Legislativo Federal entre 1998 e 2004.

"Além disso, há uma questão de ordem ética aí. Por mais honesta que tenha sido a doação eleitoral, ela coloca sob suspeita a concorrência", afirmou ontem a parlamentar petista.

Empresa dá ajuda a entidade de vereador

São José dos Campos

A SHA Comércio de Alimentos Ltda. passou a integrar neste ano o quadro de colaboradores da Associação Amigos do São José, responsável pela captação de recursos para o time profissional da cidade.

A entidade foi criada por iniciativa de vereadores da base de apoio do prefeito Eduardo Cury (PSDB) com a proposta de buscar o apoio de empresas da região para ajudar a Águia do Vale.

A associação era capitaneada pelos parlamentares Robertinho da Barafra (PPS), Walter Havashi (PSD) e José Luis Nunes (DEM) —este último, lotado desde o mês passado na equipe de governo do prefeito. Atualmente, os três ocupam cargos de dirigentes no Depar-

tamento de Futebol do São José Esporte Clube e alegam que não fazem mais parte da direção da ONG, fundada há três anos.

O contrato firmado pela SHA com a associação prevê a exposição da marca da empresa em seis placas de publicidade do estádio Martins Pereira, onde a Águia manda seus jogos.

Em troca, a fornecedora da merenda escolar pagará R\$ 10 mil por mês à entidade —o contrato, celebrado entre as partes tem validade de um ano.

"Estávamos negociando com eles desde o ano passado. Sabíamos que era uma empresa grande e fomos atrás. Não conheço a relação deles com a prefeitura", disse Fernando Augusto Evaristo, presidente da associação.

Governo garante lisura do certame

São José dos Campos

A Prefeitura de São José dos Campos informou na tarde de ontem, por intermédio de sua assessoria de imprensa, que a nova licitação da merenda escolar foi "transparente" e

"aberta à participação de qualquer empresa".

Segundo a administração, as empresas que disputavam o contrato com a SHA Comércio de Alimentos "declinaram do direito de entrar com recurso", o que possibilitou a homologação do resultado do certame.

Por meio de nota encaminhada ao valeparaibano, a prefeitura destacou que a firma vencedora da concorrência fornecerá 17.666 milhões de refeições para atender um grupo de 44.166 alunos durante o pe-

riodo de vigência do novo contrato celebrado com a administração, homologado na última quinta-feira.

Nenhum representante do governo tucano quis conceder entrevista para falar sobre o assunto ontem.

COORDENAÇÃO - O secretário de Transportes de São José dos Campos, Felício Rauland, que coordenou a captação de recursos para a campanha do prefeito Eduardo Cury (PSDB) e preside o diretório tucano municipal, não reformou as ligações.

O valeparaibano também entrou em contato com a SHA Comércio de Alimentos, mas nenhum representante da empresa foi localizado para falar sobre o caso.

Nenhum fornecedor pode efetuar doações para a campanha do prefeito. Além disso, há uma questão de ordem ética. Por mais honesta que tenha sido a doação, ela coloca sob suspeita a concorrência

Da vereadora Angela Guadagnin

ANEXO E – Lei Orgânica Municipal de São José dos Campos.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

(Arquivo atualizado até a Emenda à L.O.M. nº 76/2011, de 08/12/2011)

DO PODER LEGISLATIVO

CAPÍTULO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 25. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, constituída de vereadores eleitos e investidos na forma da legislação federal para uma legislatura de quatro anos.

Parágrafo Único. Será de 21 (vinte e um) o número de Vereadores da Câmara Municipal.(Alterado o parágrafo único do artigo 25 pela ELOM 10/91, de 15/08/91, Proc. 4375/91)

Art. 26. Cabe à Câmara, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias da competência do Município e, especialmente:

I - legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e estadual;

II - legislar sobre tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;

III - votar o orçamento anual e o plurianual de investimentos, a lei de diretrizes orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

IV - deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

V - autorizar a concessão de auxílios e subvenções;

VI - autorizar a concessão de serviços públicos;

VII - autorizar a concessão do direito real de uso de bens municipais;

VIII - autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;

IX - autorizar a alienação de bens imóveis;

X - autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

XI - dispor sobre a criação, organização e supressão de distritos e subdistritos, após prévia consulta plebiscitária;

XII - criar, transformar, alterar e extinguir cargos, empregos e funções na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, assim como fixar e reajustar os respectivos vencimentos, gratificações ou outras vantagens pecuniárias;

XIII - aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado; LEI ORGÂNICA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – “aura terraque generosa”

XIV - autorizar convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros Municípios;

XV - delimitar o perímetro urbano;

XVI - autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XVII - dispor, a qualquer título, no todo ou em parte, de ações ou capital subscrito, adquirido, realizado ou aumentado;

XVIII - dispor sobre a estrutura da Administração Municipal.

Art. 27. À Câmara Municipal competem, privativamente, as seguintes atribuições:

I - eleger a sua Mesa e constituir as comissões permanentes, bem como destituí-las;

II - elaborar o seu Regimento Interno;

III - organizar os seus serviços administrativos;

IV - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do exercício do cargo;

V - conceder licença ao Prefeito e aos Vereadores para afastamento do cargo;

VI - autorizar o Prefeito, por necessidade de serviço, a ausentar-se do Município por mais de quinze dias;

VII - fixar os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, por lei, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, §4º, 150, II, 153, III, 153, §2º, I da Constituição da República Federativa do Brasil (NR); (Alterado o inciso VII do artigo 27 pela ELOM 72/11, de 11/08/11, Proc. 9770/11.)

VII – A – fixar os subsídios dos Vereadores em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil; (Incluído o inciso

VII – A do artigo 27 pela ELOM 72/11, de 11/08/11, Proc. 9770/11.)

VIII - criar comissões especiais de inquérito sobre fato determinado que se inclua na competência municipal, sempre que o requerer pelo menos um terço de seus membros;

IX - solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração;

X - julgar anualmente as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara;

XI - exercer, diretamente ou com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, em qualquer órgão da administração direta, indireta fundacional e autárquica, podendo, inclusive, instaurar auditoria;

XII - convocar os Secretários Municipais, diretores de empresas públicas e sociedades de economia mista, para prestar informações, previamente determinadas, sobre matéria de sua competência, importando infração político-administrativa a ausência sem justificção adequada;

XIII - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XIV - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa do Executivo;

XV - julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei;
LEI ORGÂNICA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – “aura terraque generosa” 9

XVI - instaurar processo contra o Prefeito, os Secretários ou qualquer membro de diretoria de fundações, empresas municipais ou de economia mista;

XVII - decidir sobre a perda do mandato de Vereador;

XVIII - dispor sobre sua organização, funcionamento e polícia, criação e transformação de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros legais;

XIX - deliberar sobre assuntos de sua economia interna e competência privativa;

XX - outorgar homenagens a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado serviços ao Município.

§1º. A Câmara Municipal delibera, mediante resolução, sobre assuntos de sua economia interna e, nos demais casos de sua competência privativa, por meio de decreto legislativo.

§2º. É fixado em quinze dias úteis o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da administração direta e indireta prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pelo Poder Legislativo na forma do disposto na presente lei.

ANEXO F – Desocupação antecipa debate político em São José dos Campos

DOMINGO, 1 DE FEVEREIRO DE 2012
www.ovale.com.br 17

CIFRA 2.538

moradias foram entregues pelo governo Eduardo Cury nos últimos sete anos — o que dá uma média de 362 casas por ano

Cenas de uma disputa



Da base aliada ao Governo Cury, a vereadora Dulce Rita (PSDB) discute com o colega Tomildo Dutra (PT) na primeira sessão do ano; acima, o presidente da Câmara Juvenio Silvério conversa com o vereador Fernando Petiti; a vereadora Angela Guadagnin foi criticada pelos opositores do Legislativo por não ter resolvido a questão do déficit habitacional quando foi prefeita de São José

"Nem vou fazer de uma política habitacional que, embora seja um problema, não é uma moradia social. Não estamos planejando a moradia social."

CARLILINHO ALMEIDA
DEPUTADO FEDERAL (DEM)

"A minha política responde a três critérios: se é necessária para resolver os problemas da cidade, se é uma política pública e se é uma política social."

ALEXANDRE BRANCO
PRESIDENTE DO PSDB EM SÃO JOSÉ

"O PT está aproveitando a crise do Pinheirinho para fazer política. Eles querem culpar o PSDB. Mas o processo não é uma política."

FERNANDO PETITI
LÍDER DO PSDB EM SÃO JOSÉ

"Nossa política não é de guerra. Fazemos em São José uma política que não é de guerra. Não é uma política de guerra. Não é uma política de guerra."

WAGNER BLANCO
PRESIDENTE DO PT EM SÃO JOSÉ

ACUSAÇÃO

PT acusa PSDB de não honrar palavra

A disputa de uma das áreas da prefeitura de São José do Pinheirinho, entre o PSDB e o PT, para a construção de uma área de 15 hectares, antes da desocupação do Pinheirinho, é o tema de um debate político que deve marcar a primeira sessão do ano, em 22 de fevereiro, na Câmara de São José. O PT acusa o PSDB de não honrar a palavra dada durante a campanha eleitoral de 2008, quando prometeu a construção de uma área de 15 hectares para a construção de uma área de 15 hectares.

DEBATE

Câmara vai evitar debates políticos

Após debates acalorados sobre o Pinheirinho, o presidente da Câmara, Juvenio Silvério (PSDB), deve evitar debates políticos durante a primeira sessão do ano. Ele pretende solicitar aos parlamentares que se concentrem em temas de caráter técnico e não político durante os debates.

LEGISLATIVO NA PRIMEIRA SESSÃO DE CÂMARA DO ANO, CLIMA FOI DE GUERRA ENTRE PARLAMENTARES

Desocupação antecipa debate político em S. José

Vereadores de lados opostos trocam acusações sobre a postura tomada à respeito do Pinheirinho

Crise do Pinheirinho

DEBATE SOBRE A DESOCUPAÇÃO

Após a crise do Pinheirinho, a Câmara de São José voltou do recesso em clima de guerra, antecipando um debate político que deve marcar a primeira sessão do ano, em 22 de fevereiro, na Câmara de São José.

No último dia 22, cerca de 1.700 famílias sem teto foram expulsas pelo Pinheirinho de uma área invadida na zona sul da cidade.

E na primeira sessão do ano, vereadores da base de apoio do prefeito Eduardo Cury (PSDB) tentaram um embate sobre a política habitacional de São José, antecipando um debate político.

Em período de São José entre 1988 e 1998, a defensora da regularização do Pinheirinho, a vereadora Angela Guadagnin (PT) foi alvo de críticas por não ter construído nenhuma moradia em seu mandato.

"Quando a vereadora tinha a caseta na mão, eu não vi solidariedade na expulsão de 70 famílias no Campo dos Alemães e nenhuma outra moradia foi construída", disse o vereador Valdir Alvaresga (PSB).

Segundo ele, o PT teve a oportunidade de assentar famílias e não o fez.

Angela rebateu as críticas afirmando que a desocupação da área pública foi necessária para atender a construção de moradias. "Não demoramos oito anos para retirar as famílias", afirmou.

Segundo a prefeita, os ataques da bancada são infundados. "Há 16 anos atrás o embaixador de São José foi o primeiro a falar sobre a desocupação do Pinheirinho. Quando ele chegou, eu já estava aqui. Quando ele chegou, eu já estava aqui. Quando ele chegou, eu já estava aqui."



Antonio Donizete Pereira, vereador do PT

"É difícil para a sociedade compreender que existem dois lados. Para mim, o lado certo é o lado social, para o PT."

ANTONIO DONIZETE PEREIRA
VEREADOR DO PT

HABITAÇÃO

AFILIA
Do mil famílias estão na fila de prop. área habitacional de São José, 5.000 delas se inscreveram em 1999.

BAIXA RENDA
Do total de inscritos, somente 1.1 mil famílias têm renda de R\$ 1.800 por mês.

PRIORIDADE
Temporidade há 14 famílias inscritas de baixa renda, e agora cerca de 1.200 famílias sem-teto do Pinheirinho.

ORÇAMENTO
O orçamento da secretaria de Habitação de São José é de R\$ 5 milhões. O valor representa 1,3% do total de R\$ 370 milhões.

SUPORTE
Governo do Estado e União Pinheirinho investiu R\$ 442 milhões em habitações em São José nos últimos 4 anos.

no da cidade era outro e orçamento bem menor. Nessa maior demanda era o transporte coletivo. Não existia essa fila enorme de famílias."

Ela afirma ter regularizado bairros. "Nossa preocupação era garantir infraestrutura de água, luz e esgoto nos conjuntos entregues pelo Estado. Segundo ela, São José vive outro cenário. "O Governo Federal tem programas concretos para a construção de moradia, mas ainda em São José só aumenta."

Invásão. Angela cita também que em sua gestão, um terreno público invadido, no Jardim Paraíso foi regularizado — 34 famílias foram construídas em um área pública.

Em meio ao embate, o PT acusou os vereadores da base aliada de serem inessenciais ao respeito do Pinheirinho, afirmando ainda mais o debate.

"Ninguém é insensível. O problema não foi criado pelo PSDB, mas sim pelo incentivo à invásão. Agora quem está resolvendo o problema é o Estado e a prefeitura", disse o líder do partido na Câmara, Fernando Petiti.

Segundo ele, a bancada do

PT usa o caso do Pinheirinho como panfletos. "A União nunca fez uma proposta concreta para adquirir o terreno. Nem mesmo os recursos para a reforma da igreja São Benedito chegaram. Imagina então esses R\$ 120 milhões para comprar terrenos?"

A crítica foi enfiada pelo presidente do PSDB em São José, Alexandre Branco.

"PT e PSDB mentem para as pessoas ao afirmar que inva-

total no caso do Pinheirinho. Isso não se chama. Se quisermos que as coisas sejam resolvidas com paz e diálogo e que a cidade possa voltar à tranquilidade e as pessoas tenham acesso a moradia. Não acho certo explorar uma situação que envolve vidas e dramas sociais."

O presidente do PT em São José, Wagner Balheiro disse que o partido não defende a invásão, mas sim uma política habitacional eficiente. "Nesse ano não será entregue nenhuma casa."

Segundo ele, o PT defende a criação de incentivos para o setor construtor, ampliação de parcerias com a União e leis rígidas contra a especulação de terrenos.

O presidente do PTU, Antônio Donizete Pereira, o Tomildo, afirma que a luta do Pinheirinho não é uma questão de política. "A propriedade privada é sagrada para muitos em São José, mas para nós é terreno para cumprir sua função social", disse.

PACOTE DE AJUDA
Estado e União irão construir 5.000 moradias em São José. Investimentos serão de R\$ 400 milhões.

Reação. Principal liderança do PT em São José, o deputado federal Carlilinho Almeida (PT) afirmou respaldar a fila, mas será favor do diálogo com os movimentos sociais.

Ele também negou uso elei-

ção de propriedade e desamparamento de ordem judicial é direito. É a política da mentira e da demagogia. O Pinheirinho já nasceu com foco político."

Para Armada, a crise do Pinheirinho será usada como ferramenta na disputa pela sucessão, mas não será decisiva.

Usando o tema para alavancar e desviar credibilidade, ninguém está preocupado de fato com as condições das famílias que essas famílias estão vivendo nos abrigos."

Para Armada, a crise do Pinheirinho será usada como ferramenta na disputa pela sucessão, mas não será decisiva.

total no caso do Pinheirinho. Isso não se chama. Se quisermos que as coisas sejam resolvidas com paz e diálogo e que a cidade possa voltar à tranquilidade e as pessoas tenham acesso a moradia. Não acho certo explorar uma situação que envolve vidas e dramas sociais."

O presidente do PT em São José, Wagner Balheiro disse que o partido não defende a invásão, mas sim uma política habitacional eficiente. "Nesse ano não será entregue nenhuma casa."

Segundo ele, o PT defende a criação de incentivos para o setor construtor, ampliação de parcerias com a União e leis rígidas contra a especulação de terrenos.

O presidente do PTU, Antônio Donizete Pereira, o Tomildo, afirma que a luta do Pinheirinho não é uma questão de política. "A propriedade privada é sagrada para muitos em São José, mas para nós é terreno para cumprir sua função social", disse.

PACOTE DE AJUDA
Estado e União irão construir 5.000 moradias em São José. Investimentos serão de R\$ 400 milhões.

Reação. Principal liderança do PT em São José, o deputado federal Carlilinho Almeida (PT) afirmou respaldar a fila, mas será favor do diálogo com os movimentos sociais.

Ele também negou uso elei-

ção de propriedade e desamparamento de ordem judicial é direito. É a política da mentira e da demagogia. O Pinheirinho já nasceu com foco político."

Para Armada, a crise do Pinheirinho será usada como ferramenta na disputa pela sucessão, mas não será decisiva.

Usando o tema para alavancar e desviar credibilidade, ninguém está preocupado de fato com as condições das famílias que essas famílias estão vivendo nos abrigos."

Para Armada, a crise do Pinheirinho será usada como ferramenta na disputa pela sucessão, mas não será decisiva.

PROGRAMAS HABITACIONAIS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Conjuntos	Parcerias	Governo Angela	Governo Emanuel	Governo Cury	Pacote
POLÍTICA HABITACIONAL A colonização de conjuntos habitacionais começou em 1970, no período da ex-prefeitura de João de Deus Santos. A época, foram construídos 100 casas no bairro de São José. Em 1980, Joaquim Benvista foi o construtor do conjunto Alameda. Em 1985, Nelson, na zona sul. Na década de 80 surgiram os conjuntos públicos como o Integração, Morumbi e o novo morumbi.	DÉCADA DE 90 Na década de 90, a Prefeitura de São José deu início a parceria com a CDHU para a construção de moradias populares. Os primeiros conjuntos foram os mudeis no bairro Pedro e em 1992, com a construção de 126 casas, na região do bairro Pedro e Ivo.	HABITAÇÃO O primeiro programa de moradia foi a Prefeitura Angela Guadagnin (PT) promoveu a regularização de bairros e a construção de bairros e conjuntos como o Campo dos Alemães, Galo Branco, Alto das Antas e São Francisco. Ela também regularizou 54 mil famílias em moradias em uma área pública invadida no Jardim Paraíso. Ela também investiu na construção de moradias em parceria com a CDHU e a urbanização da favela Santa Cruz.	1º E 2º MANDATO Foram 960 moradias entregues para a CDHU (Campanha dos Alemães). Também foram entregues 100 moradias do bairro de São José. Das, que está abandonado, além de outras 400 da área pública. Em sua segunda mandata, ela também entregou 455 casas de São José. Em 2002, como parte do projeto de desregularização em parceria com a CDHU e a urbanização da favela Santa Cruz.	3º E 2º MANDATO Foram 72 moradias entregues para a CDHU nos municípios de São José e São José do Rio Preto. A Prefeitura de São José investiu em 2002 em 100 moradias em São José. No segundo mandato, foram construídas 969 moradias em parceria com a CDHU, regularizando 12 famílias em São José. A Prefeitura de São José investiu em 2002 em 100 moradias em São José. No segundo mandato, foram construídas 969 moradias em parceria com a CDHU, regularizando 12 famílias em São José.	EMERGENCIAIS Após a crise do Pinheirinho, o Governo do Estado em parceria com a União e a Prefeitura de São José investiu em 2002 em 100 moradias em São José. No segundo mandato, foram construídas 969 moradias em parceria com a CDHU, regularizando 12 famílias em São José. A Prefeitura de São José investiu em 2002 em 100 moradias em São José. No segundo mandato, foram construídas 969 moradias em parceria com a CDHU, regularizando 12 famílias em São José.

ANEXO G – Processo 03093/2006

Processo: 03093/2006

Projeto de lei nº 70/2006

Autoria: Tonhão Dutra

Projeto

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, a área denominada Fazenda Parreiras São José – Pinheirinho e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS APROVA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica declarado de interesse social, para fins de desapropriação para construção de casas populares, nos termos do artigo 2º, V, da Lei n. 4.132, de 10 de setembro de 1962, destinada a complementação e urbanização de núcleo habitacional popular, a gleba de terras com área de 137,94 hectares, ou seja, 57 alqueires, da medida paulista, localizada na altura do km 103 da margem direita da Rodovia São Paulo – Rio de Janeiro, no Bairro denominado Rio Comprido, Zona Urbana, neste município, comarca e circunscrição imobiliária de São José dos Campos – SP, com as seguintes divisas e confrontações: - “inicia numa ponte sobre o Rio Comprido, na beira da Rodovia São Paulo-Rio de Janeiro e segue pelo mencionado Rio, numa extensão de 424,00 metros, dividindo com o município da comarca de Jacareí, com terras de propriedades da B.B.F. – Assessora e Incorporadora S/C Ltda., sucessora de Domingos Reis Piovesan, até as divisas de José Machado e José de Paula; neste ponto, voltando à esquerda, segue numa extensão de 278,00 metros, até encontrar um córrego, de onde, voltando à esquerda, segue numa extensão de 515,00 metros, dividindo ainda, com terras de José Machado e de José de Paula, daí, voltando à direita segue numa extensão de 220,00 metros, confrontando com Gaúchos Churrascaria, sucessora de Manoel Genaro, daí, voltando à esquerda, numa extensão de 44,00 metros, e depois à direita, numa extensão de 51,00 metros, e aí voltando à esquerda, numa extensão de 406,00 metros, segue dividindo com as terras de Antonio Teixeira Garcia, sucessor de Manoel Teixeira; daí voltando à extensões de 43,00 metros, 44 metros, e 59,00 metros, respectivamente dividindo ainda com terras de Antonio Teixeira Garcia, sucessor de Júlio dos Santos; daí voltando à esquerda, segue numa extensão de 261,00 metros, dividindo com terras da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, conhecidas como Campos de José e, daí, continuando numa extensão de 236,00 metros, divide com terras do loteamento Jardim Imperial, antes com José de Oliveira Rocha e Maria José de Paula Teixeira; daí, defletindo à direita, depois à esquerda novamente à direita, nas extensões de 104,00 metros, 279,00 metros, e 311,00 metros, respectivamente, segue até encontrar a Avenida Perimetral, aberta pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos, em terrenos de sua propriedade, denominados Campos de São José,

acompanhando dita avenida, numa extensão de 1.626,70 metros, até encontrar a Rodovia São Paulo – Rio de Janeiro, neste ponto voltando à esquerda, segue acompanhando a referida rodovia numa extensão de 1.340 metros, até a ponte sobre o Rio Comprido, ponto inicia das presentes divisas e confrontações. Propriedade essa devidamente registrada sob nº R-1, na matrícula nº 44.955 do Cartório de Registro de Imóveis de São José dos Campos e cadastrado na Prefeitura do Município de São José dos Campos sob nº 57.999-0002.0.

Art. 2º. A Prefeitura Municipal de São José dos Campos está autorizada a proceder a desapropriação da gleba de terras descrita no artigo primeiro, por via administrativa ou judicial.

Art. 3º. A área declarada de interesse social destina-se a futuro loteamento para construção de habitações populares, sendo que os cidadãos residentes na área têm o direito de permanecerem na gleba de terras.

Art. 4º. A Prefeitura Municipal de São José dos Campos ficará encarregada de promover as medidas necessárias à construção das casas populares.

Art. 5º. Para os fins desta lei, os cidadãos que residem na gleba de terras Parreiras de São José terão prioridade no loteamento e construção das casas populares, devendo a Prefeitura Municipal realizar cadastro prévio de todos os moradores do local, no prazo de trinta dias após a entrada em vigor da presente lei.

Art. 6º. O expropriante poderá invocar caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para os fins do disposto no artigo 15, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.